



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**Faculdade de Ciência da Informação**

## **Proposta de aprimoramento por facetas na estrutura do Tesauro de Contas**

Natália Cristina Ramos dos Santos  
Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília  
2013

Natália Cristina Ramos dos Santos

## **Proposta de aprimoramento por facetas na estrutura do Tesauro de Contas**

Monografia apresentada como parte das  
exigências para obtenção do título de  
Bacharel em Biblioteconomia pela  
Faculdade de Ciência da Informação da  
Universidade de Brasília

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia do Vale Caribé

Brasília

2013

Ficha Catalográfica

SANTOS, Natália Cristina Ramos dos.

Proposta de aprimoramento por facetas na estrutura do Tesauro de Contas / Natália Cristina Ramos dos Santos. – Brasília: UnB / Faculdade de Ciência da Informação, 2013.

140 p.

Orientadora: Rita de Cássia do Vale Caribé

Monografia (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, 2013.

1. Classificação Facetada. 2. Elaboração de tesauro. 3. Tesauro de Contas. I. Título



**Universidade de Brasília**

Faculdade de Ciência da Informação (FCI)  
Curso de Graduação em Biblioteconomia

**Título: Proposta de aprimoramento por facetas na estrutura do Tesouro de Contas.**

**Aluna:** Natália Cristina Ramos dos Santos.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 17 de julho de 2013.

*Rita de Cássia do Vale Caribé*

**Rita de Cássia do Vale Caribé** - Orientadora  
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutora em Ciência da Informação

*Dulce Maria Baptista*

**Dulce Maria Baptista** - Membro  
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutora em Ciência da Informação

*Simone Bastos Vieira*

**Simone Bastos Vieira** - Membro  
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)  
Doutora em Ciência da Informação

Dedico esse trabalho e toda a jornada que o antecedeu a minha mãe, Dona Francisca, que me incentivou ao gosto pela leitura desde a minha infância, e que com muito amor, paciência e esforço esteve ao meu lado para me apoiar nos meus estudos e em todos os meus projetos de vida.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Dona Francisca, às minhas irmãs Tâmara e Suelen, e à minha sobrinha Júlia, que são minha família e as pessoas mais importantes do mundo para mim e que sempre estarão comigo, independente das circunstâncias.

À instituição Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) que durante dois anos de estágio foi uma segunda casa, onde aprendi conhecimentos técnicos para minha profissão e valores morais importantes para todos os profissionais, em especial à servidora Vânia de Fátima Pereira que autorizou o estudo sobre o Tesouro de Contas e me forneceu todas as condições para realiza-lo, à servidora Andréa Fortaleza Brandes de Souza, que com paciência e carinho disponibilizou todas as informações necessárias para elaboração desse trabalho e me explicou todas as particularidades do Tesouro de Contas.

Também agradeço à servidora do TCDF Patrícia Miranda Fernandes, que por um ano me ensinou mais do que o procedimento técnico da indexação, mas a responsabilidade e zelo necessários que um bom profissional deve ter. Pretendo levar esse conhecimento para minha vida profissional, onde quer que eu esteja.

Agradeço também aos meus amigos Joathan e Izabela, que leram quantas vezes foram necessárias e corrigiram esse trabalho, a João Felipe que esteve ao meu lado durante o período de elaboração desse trabalho acadêmico e às professoras Simone Bastos Vieira e Rita Caribé, que me auxiliaram para a elaboração dessa monografia.

Por fim, agradeço a Deus e a virgem Maria que são minha base e minha fortaleza espiritual para tudo o que passo e realizo.

*“Como diz um antigo provérbio, três dedos seguram a pena, mas o corpo inteiro labora.*

*E adolora”*

Umberto Eco

## RESUMO

Pesquisa aplicada que tem por objetivo propor um modelo para identificação de facetas isoladas em termos, visando sugerir esse modelo à instituição Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) como meio para aprimoramento da estrutura do Tesouro de Contas, que é organizado por campos. A pesquisa sobre classificação facetada e análise facetada não identificou uma metodologia para levantamento de facetas em termos de tesouros já elaborados, portanto, para que a proposta de aprimoramento da estrutura do Tesouro de Contas por facetas fosse realizada foi necessário desenvolver um modelo para a identificação de facetas em termos já escolhidos dentro de um tesouro.

**Palavras-chave:** Classificação facetada; Teoria do Conceito; Tesouro; Tesouro de Contas.

## ABSTRACT

This is an applied research that aims to propose a model for identifying facets isolated in terms, in order to suggest a model from Federal District Court of Auditors (TCDF) as a means of improving the structure of Auditors Thesaurus, which is organized by fields. Research on faceted classification and faceted analysis did not identify a methodology for lifting facets in terms of thesauri already done, so, for the proposed improvement of the structure of the Thesaurus of Auditors for veneers were held was necessary to develop a model for identifying facets have chosen terms in a thesaurus.

**Keywords:** Faceted classification; Theory of the Concept; Thesaurus; Thesaurus of Auditors.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

**Figura 1** – Áreas temáticas do TCDF

**Figura 2** – Tela da Ficha para criação de novos termos para o Tesouro de Contas

**Figura 3** – Tela da Ficha para detalhamento de criação de novos termos para o Tesouro de Contas

**Figura 4** – Tela de estudo de termos sugeridos para o Tesouro de Contas

**Quadro 1** - Fontes dos Princípios do Modelo Simplificado da Teoria de Análise Facetada de Spiteri

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |  |
|-----------|--|
| BDTD      | Biblioteca Digital de Teses e Dissertações                         |
| BRAPCI    | Base Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação |
| CDT       | Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico                     |
| CLDF      | Câmara Legislativa do Distrito Federal                             |
| CRG       | Classification Research Group                                      |
| DF        | Distrito Federal   |
| DGA       | Diretoria-Geral de Administração                                   |
| DODF      | Diário Oficial do Distrito Federal                                 |
| DOU       | Diário Oficial da União  |
| DSG       | Divisão de Serviços Gerais   |
| e-TCDF    | Processo Eletrônico  |
| IBICT     | Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia         |
| LIS       | Library and Information Science                                    |
| RVBI      | Rede Virtual de Bibliotecas  |
| SEDOC     | Seção de Documentação  |
| SINJ – DF | Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal          |
| TAF       | Teoria da Análise Facetada   |
| TCDF      | Tribunal de Contas do Distrito Federal                             |
| TE        | Termo Específico   |
| TE1       | Termo Específico 1   |
| TE2       | Termo Específico 2   |
| TECON     | Tesouro do Tribunal de Contas da União                             |
| TG        | Termo Geral  |
| TR        | Termo Relacionado  |
| UnB       | Universidade de Brasília   |
| UNESCO    | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura   |
| UP        | Usado Para   |

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>13</b> |
| <b>2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>               | <b>15</b> |
| <b>2.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA .....</b>                              | <b>15</b> |
| <b>2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA .....</b>  | <b>16</b> |
| 2.2.1 Objetivo geral .....  | 16        |
| 2.2.2 Objetivos específicos .....   | 16        |
| <b>2.3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO .....</b>                                 | <b>16</b> |
| 2.3.1 Tribunal de Contas do Distrito Federal .....                                  | 16        |
| 2.3.1.1 Competências .....  | 17        |
| 2.3.1.2 Missão, visão e objetivos do TCDF .....                                     | 19        |
| 2.3.2 Seção de Documentação / Biblioteca Cyro dos Anjos .....                       | 19        |
| 2.3.3 O Tesouro de Contas.....  | 20        |
| 2.3.3.1 Construção do Tesouro de Contas .....                                       | 22        |
| 2.3.3.2 Abrangência temática do Tesouro de Contas .....                             | 23        |
| <b>2.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO .....</b>  | <b>26</b> |
| <b>3 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>   | <b>27</b> |
| <b>3.1 TEORIA DO CONCEITO .....</b>   | <b>28</b> |
| <b>3.2 O CONCEITO DE FACETA E CAMPO .....</b>                                       | <b>31</b> |
| <b>3.3 CLASSIFICAÇÃO FACETADA.....</b>  | <b>34</b> |
| 3.3.1 Ranganathan .....   | 35        |
| 3.3.2 Classification Research Group (CRG) .....                                     | 36        |
| <b>3.4 TEORIA DA ANÁLISE FACETADA (TAF): o modelo simplificado de spiteri .....</b> | <b>38</b> |
| 3.4.1 Plano das Ideias .....  | 39        |
| 3.4.1.1 Princípios para escolha de facetas .....                                    | 39        |
| 3.4.1.2 Princípios para ordem de citação de facetas e focos.....                    | 41        |
| 3.4.2 Plano Verbal.....   | 42        |
| 3.4.3 Plano notacional .....  | 43        |
| 3.4.4 Fundamentação teórica dos Princípios do Modelo Simplificado.....              | 43        |
| <b>3.5 DIRETRIZES DA UNESCO PARA ELABORAÇÃO DE TESAuros MONOLÍNGUES .....</b>       | <b>45</b> |
| <b>3.6 CONSTRUÇÃO DE TESAuros-FACETADOS: PROPOSTA DE MAYA-MONTALVO (1986) .....</b> | <b>46</b> |
| <b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>  | <b>51</b> |
| <b>4.1 ESCOLHA DA TEORIA .....</b>  | <b>52</b> |

|   |            |
|---|------------|
| <b>4.2 ESCOLHA DA METODOLOGIA .....</b>   | <b>52</b>  |
| <b>4.3 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA.....</b>  | <b>54</b>  |
| <b>4.4 PRÉ-TESTE .....</b>  | <b>56</b>  |
| 4.4.1 Análise dos termos do pré-teste.....  | 57         |
| 4.4.1.1 Tg Acordo .....   | 57         |
| 4.4.1.2 TE1 Acordo coletivo de trabalho.....  | 60         |
| 4.4.1.3 TE1 Acordo individual de trabalho.....  | 62         |
| 4.4.1.4 TE1 Ajuste .....  | 64         |
| 4.4.1.5 TE1 Contrato .....  | 66         |
| 4.4.2 Análise dos resultados dos termos do pré-teste .....                                | 70         |
| <b>5 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>  | <b>71</b>  |
| <b>5.1 RESULTADO.....</b>   | <b>71</b>  |
| 5.1.1 Formulação de categorias.....   | 72         |
| 5.1.2 Levantamento de facetas .....   | 75         |
| <b>6 SUGESTÃO DE APRIMORAMENTO DO TESAURO DE CONTAS.....</b>                              | <b>80</b>  |
| <b>7 CONCLUSÃO .....</b>  | <b>84</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>85</b>  |
| <b>BIBLIOGRAFIA CONSULTADA PARA RETIRAR OS SIGNIFICADOS DOS TERMOS .....</b>              | <b>89</b>  |
| <b>APÊNDICE A - Termos analisados.....</b>  | <b>91</b>  |
| <b>ANEXO A - Tela para cadastramento de documentos no processo eletrônico e-TCDF.....</b> | <b>142</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) é um órgão vinculado ao Poder Legislativo do Distrito Federal (DF), regido pela Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1990. Tem como objetivo exercer o controle externo da administração dos recursos públicos do Distrito Federal, em auxílio à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), zelando pela legalidade, legitimidade, efetividade, eficácia, eficiência e economicidade na gestão desses recursos, em cumprimento aos princípios constitucionais.

Para o acesso eficiente à informação do TCDF foi necessário o fornecimento de serviços e produtos informacionais que possibilitassem o tratamento da informação com qualidade, resultando na recuperação da informação de forma ágil.

Neste contexto destacou-se a necessidade de dispor de uma linguagem documentária que permitisse a recuperação da informação institucional de forma mais eficiente, em especial os documentos geradores de jurisprudência do Tribunal, pois, tais documentos são insumo para futuros julgamentos da Corte de Contas ou de outros tribunais de contas. Cabe ressaltar que, jurisprudência no Brasil, de acordo com Acquaviva (2008, p. 290), é uma fonte secundária do Direito utilizada como “orientação uniforme dos tribunais em decisões semelhantes”.

A linguagem documentária atualmente em uso para o tratamento da jurisprudência do Tribunal de Contas do Distrito Federal é o Tesouro de Contas. A elaboração desse tesouro seguiu métodos dedutivos e indutivos, e foi baseada na literatura especializada (legislação, doutrina e jurisprudência), bem como na linguagem utilizada pelos servidores daquela Corte, validada e aprovada por especialistas que trabalham no Tribunal.

O Tesouro de Contas está estruturado por campos, denominados no referido tesouro de categorias, validados por uma taxonomia que precedeu a elaboração do mesmo. Entretanto, considerando seu caráter multidisciplinar, a sua expansão, o interesse de intercâmbio de dados do tesouro com outros sistemas de informação do TCDF e, ainda, o interesse externo por parte de outros tribunais de contas percebeu-se a necessidade de desenvolver uma estrutura organizacional complementar aos campos, para que fosse exercido um controle mais rígido de sua terminologia, e que a partir de seu crescimento, a probabilidade de termos sem a devida estruturação não ocorresse.

Assim, este trabalho propôs um modelo de identificação de facetas, após revisar algumas vertentes teóricas da Classificação Facetada, a Teoria do Conceito e a tese de Luis Alejandro Maya-Montalvo (1986) que propôs uma metodologia para construção de tesauros facetados. Foi desenvolvida uma metodologia para identificação de facetas dos termos de um tesouro já construído, por meio da aplicação a uma amostra de termos de um campo do Tesouro de Contas. Esse modelo de identificação de facetas pode ser utilizado no aprimoramento do Tesouro de Contas do TCDF.

## 2 CONSTRUINDO O OBJETO DE ESTUDO E O REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

Com o constante desenvolvimento do Tesouro de Contas, que é um organismo em crescimento, o rigor do controle dos termos deve ser uma questão levantada como prevenção da possibilidade da ocorrência do descontrole terminológico, na qual, se poderia encontrar termos dentro de relações hierárquicas que não atendem às necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal ou a ausência de termos necessários para a indexação e recuperação dos documentos de jurisprudência do TCDF.

Assim sendo, a partir do que a literatura sobre construção de tesouros indica, dentre outras possibilidades, a construção de tesouros com estruturas facetadas para sua organização, mantendo, de forma rígida, o controle terminológico, foi estudada nesse trabalho. Dessa forma, como proposta ao TCDF, analisou-se e foram indicadas algumas facetas a uma amostra de termos do Tesouro de Contas, e ao final os procedimentos para esse aprimoramento da estrutura do tesouro, que une os campos e as facetas, foram sugeridos.

As questões levantadas para tal indicação de aprimoramento do Tesouro de Contas foram as seguintes: qual corrente teórica deveria nortear a escolha das facetas para o Tesouro de Contas? Qual metodologia deveria ser adotada para a escolha de tais facetas? A partir da análise da amostra terminológica, quais facetas deveriam ser utilizadas na estrutura do Tesouro de Contas? Ademais, é importante observar, a médio ou longo prazo, como essa proposta reestruturação que mescla campos e facetas poderá interferir na manutenção e expansão do tesouro.

A partir das decisões sobre: a vertente teórica que deveria ser adotada; qual metodologia se adequaria a essa solução proposta; e quais facetas seriam as melhores para uso no Tesouro de Contas, objetivou-se, após a implementação dessa solução, a prevenção de problemas que pudessem surgir com a expansão do tesouro.

Afinal, o Tesouro de Contas que é estruturado por campos gerais, com diversas áreas temáticas, ou seja, é um tesouro misto, passa pela questão da possibilidade iminente de ter seus termos dispersos, já que, de acordo com a UNESCO (1993, p. 56) tesouros estruturados por campos podem ter a desvantagem da maior probabilidade de dispersão de termos, sobretudo entre hierarquias de áreas temáticas diferentes.

Assim sendo, a solução proposta pretendeu aprimorar a estrutura do Tesouro de Contas para diminuir possíveis retrabalhos de realocações de termos em diversas relações

hierárquicas, e prevenir problemas que pudessem surgir com o possível intercâmbio de dados entre o tesauro e outros sistemas de informação, presentes na instituição TCDF.

## **2.2 OBJETIVOS DA PESQUISA**

### **2.2.1 Objetivo geral**

Propor um modelo para escolha de facetas visando o aprimoramento/fortalecimento do Tesauro de Contas.

### **2.2.2 Objetivos específicos**

- Estudar o Tesauro de Contas do Distrito Federal;
- Avaliar as vertentes teóricas para classificação facetada em tesouros;
- Escolher uma teoria norteadora para propor um modelo de identificação de facetas;
- Propor, a partir de uma metodologia, um modelo para escolha de facetas do Tesauro de Contas;
- Levantar as facetas escolhidas para a amostra do campo do Tesauro de Contas que será analisado;
- Propor um aprimoramento do Tesauro de Contas por meio da aplicação de facetas em sua estrutura.

## **2.3 CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO**

### **2.3.1 Tribunal de Contas do Distrito Federal**

O TCDF é um órgão autônomo, entre suas atribuições auxilia o poder legislativo, no tocante à atividade de controle externo, inaugurado, pela Lei Federal nº 3.751/60, em 13 de abril de 1960, sendo composto por sete Conselheiros indicados pela CLDF, conforme artigo 62 da Lei Orgânica (Lei Complementar nº 1, de 09 de maio de 1990), no qual dois conselheiros ocupam os cargos de presidente, vice-presidente da Corte. Funcionando junto ao



TCDF de forma independente, O Ministério Público de Contas participa com um representante em todas as sessões de julgamento do TCDF (HOME PAGE DO TCDF – ÁREA DO JURISDICIONADO).

A estrutura do TCDF, regulamentada pelo 4º artigo da Resolução nº 10, de 10 de setembro de 1986, é composta pelas seguintes unidades administrativas:

- **DOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA:**
  - Gabinete do Presidente;
  - Consultoria Jurídica;
  - Secretaria das Sessões;
  - Divisão de Tecnologia da Informação;
  - Divisão de Planejamento e Modernização Administrativa;
  - Divisão de Controle Interno.
- **DOS ÓRGÃOS VINCULADOS À PRESIDÊNCIA**
  - Gabinete dos Conselheiros;
  - Gabinete dos Auditores;
  - Gabinete do Procurador-Geral;
  - Gabinetes dos Procuradores.
- **DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS DE PRIMEIRO NÍVEL**
  - Secretaria-Geral de Controle Externo e Secretarias de Controle Externo;
  - Diretoria-Geral de Administração.

#### **2.3.1.1 COMPETÊNCIAS**

O TCDF é regido pelos artigos 70 a 75, inseridos na Seção IX, da Constituição Federal de 1988, pelos artigos 77 e 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 8 de junho de 1993, pela Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal (Lei Complementar nº 1, de 09

de maio de 1994) e pelo Regimento Interno do Distrito Federal (Resolução nº 38, de 30 de outubro de 1990).

A Lei Orgânica do TCDF (Lei Complementar nº 01, de 09 de maio de 1990, p. 1-4) descreve todas as competências da Corte, que também estão expressas na Constituição Federal de 1988 (art. 71, II, c/c atr. 75) e no Regimento Interno do TCDF (Resolução nº 38/90). De acordo com a Home Page da Instituição, as competências da Corte se resumem em:

- apreciar as contas do Governador do Distrito Federal; - julgar as contas dos responsáveis pela administração de dinheiros, bens e valores do Distrito Federal; - apreciar a legalidade dos atos de admissão e aposentadoria de pessoal; - realizar inspeções e auditorias nas unidades dos Poderes Executivo e Legislativo local; - aplicar sanções aos responsáveis por ilegalidade de despesas ou irregularidade de contas.(ESPAÇO DO JURISDICIONADO).

Em suma, as competências do TCDF são o controle, fiscalização e julgamento, quando pertinente, das contas que envolvem recursos do Distrito Federal.

No âmbito da prestação de contas o artigo 70, parágrafo único, da Constituição Federal (1988) explicita que “qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária” deverá prestar contas.

Nesse sentido, o artigo 71 da Constituição Federal (1988) determina que a responsabilidade do controle externo de contas fica a cargo do Congresso Nacional com auxílio do Tribunal de Contas da União.

Em menção aos artigos 70 e 71 da Constituição Federal (1988), o artigo 75 do texto constitucional estipula que tais normas regem, quando pertinente, os tribunais de contas no que diz respeito “à organização, composição e fiscalização dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais e Conselhos de Contas dos Municípios”, também sobre a competência das atividades do controle externo, o art. 78 da Lei orgânica do Distrito Federal menciona que: “O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal”.

### **2.3.1.2 MISSÃO, VISÃO E OBJETIVOS DO TCDF**

O Plano Estratégico 2011-2015 do TCDF define a missão, visão e objetivos da instituição. De acordo com esse documento, a missão do TCDF é “Gerar benefícios para a sociedade por meio do aperfeiçoamento e controle da gestão dos recursos públicos do DF”, tem amparo na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e nos artigos 77 e 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal (2011, p. 7).

A visão de futuro para a corte definida no Plano Estratégico 2011-2015 do TCDF (2011, p. 7) constitui-se em “Ser reconhecido por sua atuação tempestiva, preventiva, orientadora e transparente no exercício do controle externo, com ênfase na avaliação dos resultados da gestão pública no Distrito Federal e fomento do controle social”.

O referido plano estratégico (2011, p. 8-10) definiu 19 (dezenove) objetivos estratégicos a serem atingidos até 2015, dentre eles os seguintes objetivos justificam a necessidade do tratamento da informação através de uma linguagem documentária específica para a Corte:

- Objetivo 5: Garantir maior agilidade ao ciclo processual;
- Objetivo 18: Aprimorar a comunicação e a integração e gerir conhecimento;
- Objetivo 19: Aperfeiçoar os sistemas de TI para atender às demandas estratégicas.

Cabe ressaltar, no entanto, que todos os Objetivos Estratégicos do TCDF têm, necessariamente, um componente de informação, quer seja como insumo ou produto dos processos administrativos desenvolvidos no âmbito dessa Corte de Contas, portanto, também necessitarão contar com o apoio de serviços e produtos informacionais para o seu melhor desempenho.

### **2.3.2 Seção de Documentação / Biblioteca Cyro dos Anjos**

A Biblioteca Cyro dos Anjos, denominada assim em homenagem ao primeiro presidente do TCDF, integra a Seção de Documentação (SEDOC) conforme Portaria nº 07, de 02 de fevereiro de 2006. A SEDOC faz parte da Divisão de Serviços Gerais (DSG), que compõe a Diretoria-Geral de Administração (DGA) do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

A biblioteca dispõe de um acervo especializado em Direito (com ênfase em Direito Administrativo), Administração, Contabilidade e Economia, e participa, desde 1980, da Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), que é uma rede de cooperação entre 14 (quatorze) bibliotecas gerenciada pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho do Senado Federal.

Além disso, é uma unidade gestora de conhecimento, responsável por organizar a edição anual da Revista do Tribunal de Contas do Distrito Federal, secretariando o Conselho Editorial da Revista (Resolução nº 224, de 28 de junho de 2011) e integra o Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal (SINJ – DF).

O serviço de empréstimo de livros e periódicos é oferecido apenas aos membros, servidores da Corte e a outras bibliotecas credenciadas por meio de intercâmbio entre bibliotecas. Todavia, a consulta local ao acervo, as cópias autenticadas de páginas dos Diários Oficiais da União (DOU) e dos Diários Oficiais do Distrito Federal (DODF) e o uso do espaço físico para estudo é aberto a toda a comunidade.

### 2.3.3 O Tesauro de Contas

A primeira edição do Tesauro de Contas foi ousada em sua construção, pois, constituiu-se na segunda iniciativa de elaboração de tesauro no âmbito dos tribunais de contas brasileiros, uma vez que o primeiro tesauro de tribunal de contas foi do Tribunal de Contas da União, publicado como Tesauro do Tribunal de Contas da União (TECON), aprovado pela Portaria GP nº 110/91, e editado em 1992. Dessa forma, a construção do tesauro possuiu maior probabilidade de incorrer em erros, em face da pouca exploração, sobre construção de tesauros, nessa área temática no Brasil, mesmo assim buscou pautar-se quase que na totalidade de sua construção nas recomendações da literatura sobre elaboração de tesauros.

O Tesauro de Contas é utilizado com o propósito de ser um instrumento de indexação de documentos. Entretanto, de uso apenas nos documentos considerados mais importantes, ou seja, das peças processuais que geram a jurisprudência do TCDF (acórdão, ata, decisão, informação, parecer, relatório/voto). Tal, indexação se dá dentro do Processo Eletrônico (e-TCDF).

O e-TCDF é um meio eletrônico para tramitação de processos, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, previsto na Resolução-TCDF nº 234/2012 e implementado no dia 01.10.2012. Atualmente, o e-TCDF está na fase de implantação, na qual todas as

unidades administrativas do TCDF utilizam o processo eletrônico para tramitação e comunicação de processos e documentos físicos.

Porém, haverá, em momento adequado, a conversão para o processo integralmente eletrônico, mediante a digitalização integral dos processos, na forma prevista no art. 5º da Resolução-TCDF nº 234:

Art. 5º Os processos físicos instaurados no Tribunal até a data do início de vigência desta Resolução poderão ser convertidos em processos eletrônicos, mediante integral digitalização dos autos.

Parágrafo único. Os documentos e processos físicos não convertidos continuarão a tramitar na forma prevista na Resolução nº 108/00. (RESOLUÇÃO-TCDF Nº 234 DE 2012)

Os servidores do TCDF que utilizam o Tesauro de Contas para indexação de informações, acórdãos, atas, decisões, pareceres, relatórios e votos são os próprios produtores desse corpo documental, pois, ao cadastrar esses documentos no sistema e-TCDF eles se deparam com o campo palavra chave, de uso obrigatório, no qual precisam atribuir descritores para indexar esses documentos.

Os servidores que possuem competências para criar documentos que geram a jurisprudência do TCDF, são os que ocupam os seguintes **cargos**:

- Conselheiro: que cria relatório e voto;
- Membro do Ministério Público: que gera o parecer;
- Auditor: que gera o parecer ou relatório e voto quando na função de substituto de Conselheiro;
- Auditor de Controle Externo: que cria a informação/instrução;
- Servidores lotados na Secretaria das Sessões: que criam acórdãos, atas e decisões;
- Ainda, servidores que possuam titularidade para cadastrar um dos tipos de documentos acima.

A Comissão do e-TCDF considerou viável que o Corpo Técnico atribuisse descritores aos documentos por entender que os servidores da corte possuem competência para gerar e cadastrar os documentos de jurisprudência do TCDF, ou seja, são altamente capacitados e estão aptos para discernir qual o conteúdo dos documentos que estão produzindo e assim indexá-los.

Entretanto, a Seção de Documentação, que participa como membro da Comissão do e-TCDF, tem feito incursões para que os servidores recebam, constantemente, treinamento sobre a maneira correta de se atribuir descritores aos documentos, visando o aperfeiçoamento da indexação dos documentos de jurisprudência gerados pelo tribunal para que a recuperação desse corpo documental seja eficiente e eficaz.

### **2.3.3.1 CONSTRUÇÃO DO TESAURO DE CONTAS**

O Tesouro de Contas foi um dos produtos desenvolvidos em sede de Gestão do Conhecimento e da Informação, objeto do contrato entre o TCDF e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (CDT) da Universidade de Brasília (UNB), estabelecido por meio do Processo nº 31089 de 2009.

O tesouro está sendo desenvolvido por um Comitê Gestor, constituído para acompanhar a construção e proceder às atualizações do tesouro, sendo composto por bibliotecários e técnicos servidores da Seção de Documentação, além do Comitê Gestor o trabalho de atualização do tesouro conta com a colaboração de estagiários em Biblioteconomia e em Direito.

A construção do tesouro é feita com o foco no usuário, pois se percebeu que a linguagem necessitava de termos específicos da instituição. O tesouro foi estruturado em campos através da elaboração de um estudo de usuários que culminou na construção de uma taxonomia, que por sua vez, levantou as grandes áreas de trabalho dentro do TCDF, portanto, esses campos estão conforme com as áreas de atuação da Corte de Contas.

Atualmente, o Tesouro de Contas está estruturado no software livre TemaTres e possui uma terminologia com cerca de 4600 termos, sendo em média 3.000 termos (gerais, específicos e relacionados), 55 termos que referem-se a autoridades (autoridades-entidades), 45 termos que referem-se a carreiras (carreiras-entidades), 700 termos que referem-se a entidades (locais específicos) e 800 especificadores. Estando em expansão, com sugestões diárias dos usuários, já que o tesouro foi construído tendo como princípio a usabilidade dos termos (representatividade dos termos), refletindo o zelo em atender as demandas inscritas tanto na missão do tribunal quanto na sua visão de futuro.

Os termos foram agrupados em dezessete campos, denominados pelo TCDF de categorias, designadas a partir das áreas maiores de trabalho do TCDF, sendo elas:

Administração, gestão e planejamento; Agricultura; Ciência, Tecnologia e Inovação; Ciências Sociais; Contabilidade; Cultura; Engenharia; Especificador; Esporte; Fiscalização e controle; Habitação e Urbanismo; Meio ambiente; Orçamento e Finanças; Pecuária; Segurança pública; Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF; Turismo.

O Tesouro de Contas forma uma estrutura hierárquica que é composta dos seguintes tipos de termos e remissivas:

- TG, Termos gerais, que são termos mais gerais dentro de algum campo;
- TE, Termos específicos, que são hierarquicamente subordinados aos termos gerais;
- TR (ou TA, termo associativo), Termos relacionados, que possuem relações por conta do conteúdo com outros termos que fazem parte de diversas categorias;
- UP, remissiva “Usado Para” serve para o controle de sinonímias;
- USE, remissiva “Use”, que indica os termos autorizados no lugar dos termos pesquisados que não são autorizados.

### 2.3.3.2 ABRANGÊNCIA TEMÁTICA DO TESAURO DE CONTAS

BRANDES-SOUZA (2011, p. 35) definiu para a construção do Tesouro de Contas os assuntos núcleos e periféricos do Tribunal de Contas do Distrito Federal, partindo do pressuposto que as disciplinas de interesse da área fim de atuação do Tribunal são os nucleares e os periféricos são os assuntos que são tocados secundariamente durante a atuação do Tribunal.

**Figura1** - Áreas temáticas do TCDF



Fonte: BRANDES-SOUZA, 2011

### 2.3.3.2.1 ÁREAS NÚCLEO

- |   |   |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Administração, gestão e planejamento</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Acordo</li> <li>✓ Administração Pública</li> <li>✓ Gestão da informação e do conhecimento</li> <li>✓ Gestão de material e patrimônio</li> <li>✓ Gestão de recursos humanos</li> <li>✓ Planejamento</li> </ul> </li> <li>• <b>Ciências Sociais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Economia</li> </ul> </li> <li>• <b>Contabilidade</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Contabilidade Aplicada ao Setor Público - CASP</li> <li>✓ Contabilidade comercial</li> <li>✓ Contabilidade patrimonial</li> <li>✓ Demonstração contábil</li> <li>✓ Lucro</li> <li>✓ Passivo</li> <li>✓ Variação patrimonial</li> </ul> </li> <li>• <b>Fiscalização e controle</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Controle externo</li> <li>✓ Controle interno</li> <li>✓ Controle social</li> <li>✓ Fiscalização</li> <li>✓ Recursos naturais</li> </ul> </li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Orçamento e Finanças</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Crédito orçamentário</li> <li>✓ Descentralização orçamentária</li> <li>✓ Despesa</li> <li>✓ Dívida</li> <li>✓ Entrada compensatória</li> <li>✓ Funções do governo</li> <li>✓ Fundo contábil de natureza financeira</li> <li>✓ Fundo de participação</li> <li>✓ Fundos especiais</li> <li>✓ Orçamento</li> <li>✓ Política fiscal</li> <li>✓ Programação financeira</li> <li>✓ Receita</li> <li>✓ Suprimento de fundos</li> </ul> </li> <li>• <b>Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Associações de classe</li> <li>✓ Categorias funcionais do TCDF</li> <li>✓ Clientela</li> <li>✓ Comunicação institucional</li> <li>✓ Estrutura institucional</li> <li>✓ Estrutura organizacional</li> <li>✓ Jurisdição</li> <li>✓ Jurisprudência do TCDF</li> <li>✓ Legislação</li> <li>✓ Orçamento do TCDF</li> <li>✓ Processual</li> </ul> </li> </ul> |
|---|---|



✓ Relação institucional

✓ Sessão

#### 2.3.3.2.2 ÁREAS PERIFÉRICAS

- **Agricultura**

✓ Cultivo

- **Ciência, Tecnologia e Inovação**

✓ Energia

✓ Tecnologia

- **Ciências Sociais**

✓ Comunicação

✓ Educação

✓ Pedagogia

- **Cultura**

✓ Artista

✓ Biblioteca

✓ Centro Cultural

✓ Galeria

✓ Museu

✓ Teatro

- **Engenharia**

✓ Engenharia civil

✓ Engenharia de sistemas

✓ Engenharia de software

✓ Engenharia de tráfego

✓ Engenharia elétrica

✓ Engenharia florestal

- **Especificador**

- **Esporte**

✓ Desporto

- **Habitação e Urbanismo**

✓ Habitação

✓ Saneamento

✓ Urbanismo

- **Meio ambiente**

✓ Desenvolvimento sustentável

✓ Fiscalização ambiental

✓ Gestão ambiental

✓ Recursos naturais

- **Pecuária**

✓ Produção animal

- **Segurança pública**

✓ Corpo de Bombeiros Militar

✓ Defesa Civil

✓ Guarda Municipal

✓ Polícia Civil

✓ Polícia Ferroviária

✓ Polícia Militar

✓ Polícia Rodoviária

- **Turismo**

✓ Turismo cultural

✓ Turismo de eventos

✓ Turismo rural

✓ Turismo urbano

### **2.3.3.2.3 ÁREA DE INTERSEÇÃO**

Considerando o objetivo do TCDF, que é exercer o controle externo da gestão de recursos públicos do Distrito Federal, auxiliando a Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Tesauro de Contas dispõe de uma área que faz interseção com as áreas núcleo e periférica de atuação da corte, que é a parte da terminologia que abrange as relações hierárquicas do termo Direito, que está dentro do campo Ciências Sociais.

Dessa forma, todos os termos relacionados ao termo Direito possuem assuntos que são extremamente ligados às atividades fins da corte de contas, portanto, fazem parte da área núcleo, e assuntos que, por não estarem diretamente relacionados à administração de recursos públicos do DF, pertencem à área periférica do tesauro.

## **2.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO**

O presente estudo consiste em uma análise à luz da doutrina sobre elaboração de tesouros, com o foco no levantamento de facetas visando propor ao Tribunal de Contas do Distrito Federal uma metodologia para desenvolver uma lista de facetas com intuito de acrescentar e aprimorar a estrutura do Tesauro de Contas.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

A pesquisa bibliográfica realizada para respaldar esta revisão de literatura foi feita utilizando-se o buscador Google, Google acadêmico, as bases de dados Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Base Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI). Os termos utilizados para estratégias de buscas foram: metodologia para construção de tesouro; teoria da classificação facetada; construção de tesouro; tesouro; análise facetada; tesouro+faceta; normas para elaboração de tesouros; linguagens documentárias. Também foram realizadas pesquisas diretas a documentos citados e referenciados em artigos lidos anteriormente.

A pesquisa resultou em muitos artigos sobre a teoria da classificação facetada, entretanto. Houve dificuldade na recuperação de documentos que explicassem a metodologia para aplicação da teoria de classificação facetada.

A necessidade de tratamento informacional é proporcional ao crescimento de informação registrada (LIMA, 2004a). No âmbito do TCDF a produção de informação jurisprudencial vem crescendo e com isso se fez necessário a elaboração da linguagem documentária Tesouro de Contas, considerada um instrumento para indexação e tratamento dessa informação.

Smit e Kobashi (2003, p. 13) explicam que é importante organizar a informação por meio de uma linguagem controlada para que a recuperação da informação seja eficiente, ou seja, para que a informação designada pelo usuário seja recuperada em tempo hábil, e não se percam documentos específicos no meio do corpo documental inteiro de uma instituição.

Para Lima (2004a) os tesouros, dentre outros tipos de linguagens documentárias, podem “ser considerados o coração de um sistema de informação”, ainda sobre tesouros a autora explica que essas linguagens são eficientes e qualificadas para a recuperação da informação por possuírem e estarem respaldados na garantia literária, portanto, são validadas por especialistas nas áreas temáticas que os tesouros abrangem.

Com relação à classificação facetada, além de muitos outros autores, Duarte e Cerqueira (2007, p. 41) citam como as duas principais fontes da classificação facetada a teoria os estudos do Classification Research Group (CRG) e a teoria de Ranganathan, composta por 46 cânones, 13 postulados e 22 princípios.

Nesse trabalho serão estudadas: a Teoria do Conceito de Ingetraut Dahlberg; duas vertentes da Classificação Facetada: a classificação facetada desenvolvida por Ranganathan na década de 30, e os estudos do Classification Research Group (CRG) entre as décadas de 50 e 60, além do modelo simplificado de Louise Spiteri (LIMA, 2004a), que une características dos estudos de Ranganathan e do CRG; as diretrizes da UNESCO (1993) para construção de tesauros; e a proposta de MAYA-MONTALVO (1986) para construção de tesauros-facetados.

### 3.1 TEORIA DO CONCEITO

No contexto da Ciência da Informação o conhecimento é “um conteúdo informacional contido nos documentos nas várias fontes de informação e na bagagem pessoal de cada indivíduo”, podendo ser científico, estratégico, explícito, organizacional, registrado ou tácito (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 101-102). Já no âmbito da Filosofia o conhecimento é uma “Operação vital imanente que tem por efeito fazer um objeto presente ao sentido ou à inteligência. O saber que resulta dessa operação” é o conhecimento (JOLIVET, 1970, p. 51 *apud* CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 101).

De acordo com Dahlberg (1978, p. 101) o conhecimento se enraizou através da linguagem, pois a linguagem “constitui a capacidade do homem [de] designar os objetos que o circundam assim como de comunicar-se com os seus semelhantes”.

A partir dessa capacidade da linguagem é possível criar proposições sobre conceitos que se relacionam aos objetos inseridos na vida humana. Tais objetos podem ser individuais ou gerais. Os objetos individuais formam unidades presentes no espaço e tempo, e se expressam exatamente pela especificidade de espaço e tempo, por exemplo: essa mesa, essa bolsa, esse show ocorrido nesse dia específico, essa escola. Os objetos gerais estão aquém de espaço e tempo, e são relacionados à conceitos gerais, por exemplo: o conceito geral de mesa, o conceito geral de educação escolar, etc. (DAHLBERG, 1978, p. 101-102).

Dahlberg (1978, p. 102) elabora o método analítico-sintético para análise de conceitos, utilizando a linguagem para elaboração de proposições que indicam características dos conceitos, que são relacionados a objetos gerais ou individuais. É importante distinguir conceitos gerais - relacionados a objetos gerais - dos conceitos individuais - relacionados a objetos individuais -, como, nos exemplos expostos por Dahlberg (1978, p. 102):

- O conceito instituição, que é um conceito geral, possui as seguintes características:
  - Composta por **funcionários**;
  - Possui **objetivos** (missão, visão, valores);
  - Possui uma **localização**;
  - Está inserida em algum **espaço e tempo**.
- E o conceito individual denominado Instituição IBICT, possui as seguintes características identificadas:
  - É uma **instituição**;
  - Composta por aproximadamente 60 (sessenta) **funcionários**;
  - Possui **objetivos** e **atividades** voltados para a gestão de sistemas de informação brasileiros;
  - Sua sede está localizada no **Rio de Janeiro**<sup>1</sup>;
  - Foi criado em **1954** e funciona até o presente ano (2013).

Através da indicação das características dos conceitos gerais e individuais, relacionados a objetos, por enunciados que se valem da linguagem pode-se dizer que o conceito é “a compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto” (DAHLBERG, 1978, p. 101-102), e a partir da compilação desses enunciados se mensura a intensão do conceito, pela quantidade de características indicadas, ou a extensão do mesmo, que é a soma total de conceitos específicos, ou seja, o conceito extenso é o mais geral que contém em si a soma de vários conceitos específicos.

Pode ocorrer da extensão do conceito ser tão forte que atinge uma categoria no lugar de uma característica muito geral. As categorias utilizadas na teoria do conceito são retiradas das categorias aristotélicas, podem ser combinadas em conceitos mais complexos e são comumente utilizadas sozinhas em conceitos simples. Sendo elas: matéria (substância), qualidade, relação, processo (atividade), modo de ser, passividade, posição, localização (lugar) e tempo (DAHLBERG, 1978, p. 102-103). As espécies de categorias utilizadas, de

---

<sup>1</sup> A sede do IBICT localizada no Rio de Janeiro foi informada por Ingetraut Dahlberg, em 1978, no artigo Teoria do Conceito. Atualmente a sede dessa instituição está localizada em Brasília, Distrito Federal.

acordo com Dahlberg (1978, p. 105), nas classificações facetadas são: objetos, fenômenos, processos, propriedades e relações.

Essas características identificáveis nas proposições são divididas em dois tipos:

- Características essenciais, que se subdividem em:
  - Constitutivas da essência;
  - Consecutivas da essência, que dependem das características constitutivas.
- Características acidentais, que dependem de fatores externos ao objetos, e também se subdividem em dois tipos:
  - Acidentais gerais;
  - Acidentais individualizantes.

Além de identificar as características essenciais e acidentais dos conceitos é necessário defini-los para atribuir um sentido e um limite para cada conceito. Para definir os conceitos é importante distinguir os conceitos individuais dos conceitos gerais, pois, tendo em vista que os conceitos individuais já estão bem delimitados mediante espaço e tempo, somente os conceitos gerais necessitam de definições bem elaboradas para que se possam visualizar quais objetos estão inseridos nesses conceitos (DAHLBERG, 1978, p. 106).

Para Dahlberg (1978, p. 106-107) existem duas formas de definições de conceitos, sendo, a definição nominal e a definição real, cabe ressaltar que em muitos casos é difícil distinguir um tipo de definição do outro, e a definição de um conceito depende do conhecimento que a pessoa que irá realizar essa tarefa tem desse conceito.

A definição nominal equivale a uma significação de dicionários, pois, sua finalidade é fixar um sentido a uma palavra, e a definição real, na qual o conhecimento sobre o objeto que se relaciona ao conceito é exposto mediante as características essenciais e acidentais do conceito (DAHLBERG, 1978, p. 106-107).

### 3.2 O CONCEITO DE FACETA E CAMPO

As facetas são um modo de categorização, que de forma geral, existe por causa das observações feitas pela humanidade de objetos, inserido no mundo. A partir dessas observações percebe-se características flexíveis e estáticas que podem categorizar diversas áreas do conhecimento, o desafio no levantamento e escolha de facetas é que elas sejam flexíveis e abranjam as mudanças vindas com o tempo (KWASNIK, 1999, p. 14-15 *apud* CAFÉ, BRATFISC, 2007, p. 243).

O conceito de faceta confunde profissionais da informação, para Maniez (1999 *apud* CAFÉ, BRATFISC, 2007, p. 242) a palavra faceta “adquire o status de termo quando se insere no campo terminológico das classificações”, nesse sentido, é comum a interpretação equivocada da palavra com o termo.

No contexto das classificações facetas significam as características que formam os assuntos, tais facetas são mutuamente exclusivas, por exemplo: a faceta “tipo de documentação” divide documentos pelo tipo, ou seja, ou o documento é um memorando ou um relatório, nunca os dois.

Essas características de um assunto (ou facetas) separam e agrupam os termos em um tesauro ou notações em uma classificação e costumam levar a um novo conhecimento. Essas características são inerentes ao termo (LIMA, 2004a).

Cunha e Cavalcante concordam com Lima (2004a) ao definirem o termo faceta como:

Conjunto das subclasses obtidas pela divisão de uma classe de acordo com determinada característica. Dentro da faceta, o membro individual, ou subclasse, denomina-se foco. Em qualquer classe, uma subclasse que consista apenas num foco, isto é, se reflete apenas uma faceta, chama-se assunto simples; se a subclasse engloba mais de um foco, denomina-se assunto composto. P.ex.: a) literatura brasileira na classe literatura, é um assunto simples, pois reflete apenas o foco ‘país’; b) poesia brasileira, na classe literatura, é um assunto composto, pois resulta da combinação de dois focos: um da faceta “forma literária” e outro da faceta ‘país’. (CUNHA; CAVALCANTE, 2008, p. 164).

Sob outro ponto de vista menos limitador para o uso da faceta, Santos e Ribeiro entendem o termo como

1. Aspectos sob os quais determinadas especialidades podem ser vistas; 2. O mesmo que gênero, a totalidade das subdivisões de um assunto resultantes da aplicação de uma única característica. Às vezes, é empregada no sentido de categoria para designar as categorias fundamentais, classes gerais de fenômenos ou grandes grupos de fatos que podem ser constatados num assunto. (SANTOS; RIBEIRO, 2012, p. 105).

Cabe ressaltar, que Ranganathan (1967, p.102-104) define faceta como um aspecto ou característica capaz de agrupar, mediante análise, pelas semelhanças um grupo de conceitos. Cada aspecto de um assunto pode ser visto como manifestação de características ou facetas que obedecem a postulados pré-determinados. O sistema torna-se multidimensional e ilimitado. É um termo genérico usado para denotar algum componente de um assunto composto. Tem a função de formar renques, termos e números. Pode ser um assunto básico ou um isolado – deriva os tipos de facetas.

#### Exemplos

- Faceta básica
  - Agrupa assuntos básicos
  - É o primeiro elemento do contexto especificado
  - Um assunto simples tem somente uma faceta básica
  - Um assunto composto - Agricultura do milho - tem
    - Uma faceta básica - agricultura
    - Uma faceta isolada - milho
- Faceta isolada
  - Pode ser uma manifestação das categorias fundamentais (PMEST)
  - Como um elemento da formação da estrutura classificatória tem a função de agrupar os renques dentro de cada categoria
- Faceta geográfica
- Faceta de linguagem
- Faceta de comprimento de onda
- Faceta de mercadoria
- Faceta de substância
- Faceta de órgão



- Faceta cultivar
- Faceta de propriedade
- Faceta de forma literária
- Faceta de autor

Gomes (1990, p. 37), que compreende faceta como sinônimo de categoria, ressalta que a importância da utilização de facetas na construção de um tesouro é a possibilidade de agrupar os termos de forma mutuamente exclusiva em categorias maiores para que, durante o crescimento do tesouro, ao incluir um novo termo já se saiba a qual categoria ele pertence, ou seja, em concordância com o autor percebe-se que é ainda mais importante saber incluir os termos nas categorias.

Já a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) (1993, p. 57) distingue **faceta** de **campo/disciplina**, na qual faceta é a característica ou componente do termo e possibilita uma forma para estruturar um tesouro, e campo possibilita outra forma para estruturar um tesouro e é um grupo mais geral que agrupa a terminologia, similar a uma classe em uma classificação.

Além disso, a UNESCO (1993, p. 15) acrescenta o indicador de faceta denominado como rótulo nodal, e explica que existem dois tipos possíveis de rótulos nodais, o primeiro refere-se a como as relações hierárquicas do tesouro foram organizadas, os conceitos que possuem esses rótulos nodais são geralmente básicos, e a faceta é indicada por uma característica estritamente utilizada para o termo específico, exemplo: Residência possui os tipos casa ou apartamento, nesse caso os tipos de residência são os rótulos nodais, nenhum outro termo poderá possuir o rótulo nodal tipo de residência, e todos os termos utilizados devem possuir relações hierárquicas.

O segundo indica tipos diferentes de conceitos que, em geral, são associados a um termo ou conceito maior, o exemplo dado pela UNESCO (1993, p. 45) possui o conceito maior 'livros' que indica as facetas dos processos 'encadernação' e 'impressão', nesse caso as operações ou processos realizados na produção de livros são os rótulos nodais.

### 3.3 CLASSIFICAÇÃO FACETADA

De acordo com Gomes (1990, p. 35) “o primeiro passo para estruturar (ou: sistematizar, classificar, ordenar) os termos ou conceitos é sua categorização”, cabe relembrar que para Gomes categoria e faceta possuem o mesmo significado, ou seja, constituem-se de grupos em que se agrupam termos.

Sobre a veracidade científica do método de elaboração de classificações facetadas Broughton (2002 *apud* CAFÉ, BRATFISC, 2007, p. 239) afirma que a base teórica está bem fundamentada, possibilitando sua utilização em vários contextos e qualquer tipo de características de diversos objetos estudados e registrados.

Hjorland (2002, *apud* CAFÉ, BRATFISC, 2007, p. 242) discorda ao afirmar que os métodos de elaboração de classificações são pouco científicos, justificando pela falta de metodologia empírica, falta de atualização da metodologia, falta de comparação entre as formas de elaboração de classificações, e por considerar que a Ciência da Informação não possui reconhecimento formal.

No que diz respeito à utilização de um sistema de classificação Dahlberg (1978, p. 10) explica que ele não ordena apenas materiais físicos, mas também conceitos, a autora (*apud* CAFÉ, BRATFISC, 2007, p. 238) observa a possibilidade de criar combinações entre diversas categorias em um sistema de classificações facetadas. Vickery (1980, p. 209 *apud* LIMA 2004b, p. 54) acrescenta que dentro desse sistema facetado um assunto possui diversos aspectos, e a classificação facetada busca descrever, da melhor maneira possível, essas características.

Sobre o método para distribuição de facetas, Lima (2004b, p. 54) explica que a metodologia mais comum é levantar os termos, analisá-los e depois distribuí-los nas facetas. Broughton, Tristão, Fachin e Alarcon (*apud* CAFÉ, BRATFISC, 2007, p. 244) acrescentam que a classificação facetada “é baseada em uma análise rigorosa do vocabulário, e os termos são classificados dentro de um conjunto-padrão de categorias funcionais”.

Cabe ressaltar que para Duarte e Cerqueira (2007, p. 42) a metodologia para análise facetada é uma técnica que aceita variações de modelos, por considerar especificidades de cada linguagem documentária.

Um modelo diferenciado que, de acordo com Fox (*apud* CAFÉ; BRATFISC, 2007, p. 248) utiliza muito bem o método de análise facetada para categorização de assuntos é o

ambiente de conteúdo digital. Afinal, o método de classificação facetada, elaborado por Ranganathan é “um método sistemático consistente de agrupamento conceitual de termos pertencentes a uma mesma classe” (CAFÉ; BRATFISC, 2007, p. 239), ou seja, com algumas alterações na metodologia, a classificação facetada se adéqua a diversos ambientes.

### 3.3.1 Ranganathan

Ranganathan desenvolveu a classificação facetada em 1930 no livro *Prolegomena to Library Classification*, e o reeditou em 1967, pois não estava satisfeito com os sistemas de classificação, que não possibilitavam indicar assuntos compostos, desenvolvidos até então.

Os métodos e a utilidade da classificação facetada possuem fundamento teórico na publicação Classificação de Dois Pontos (Colon Classification), desenvolvida pelo indiano, matemático e bibliotecário, Shiyali Ramamrita Ranganathan, que tornou possível que os sistemas de classificação, e posteriormente outros sistemas de organização da informação, fossem analítico-sintéticos e não completamente dedutivos (CAFÉ; SALES, 2010, p. 120-123).

Lima (2004b, p. 59) explica que Ranganathan indicou que “em uma área do conhecimento, o número de assuntos específicos que podem ser selecionados numa classificação é infinito”. Tristão (2004, p. 04 *apud* DUARTE; CERQUEIRA 2007, p. 40) concorda ao afirmar que “Ranganathan evidenciou a necessidade de elaboração de esquemas de classificação que pudessem acompanhar as mudanças e evoluções do conhecimento, classificando o mesmo em grandes classes e conceitos básicos, ou elementos, de acordo com certas características”.

Tais características, ou facetas, são representadas dentro de uma das categorias fundamentais, que são descritas na ordem de citação estipulada por Ranganathan, também conhecida como ordem canônica, na qual as cinco categorias fundamentais, que formam o acrônimo PMEST, funcionam como princípio norteador para categorizar as características dos conceitos. As categorias fundamentais, dentro da ordem canônica, são:

- Personalidade/Entidade: Spiteri (1998) observou que Ranganathan nunca explicou claramente quais características se encaixariam em Personalidade.
- Matéria: refere-se ao insumo de que é feito o “produto final”;

- Energia (*Energy*): refere-se às ações que são realizadas;
- Espaço (*Space*): refere-se à localização - espaço;
- Tempo (*Time*): refere-se a datas, horários e períodos cronológicos - tempo.

### 3.3.2 Classification Research Group (CRG)

O Classification Research Group (CRG) é um grupo criado em 1952, no Reino Unido, que sucede a teoria da análise facetada desenvolvida por Ranganathan (FOSKETT, 1971 *apud* SPITERI, 1998). Tal grupo, que reúne pesquisadores em sistemas de classificação bibliográfica, projetou várias classificações facetadas, com base teórica na classificação facetada de Ranganathan, mas com duas mudanças teóricas significativas (AUSTIN, 1968; FOSKETT, 1974; MILLS; BROUGHTON, 1977; VICKERY, 1960, 1966, 1975 *apud* SPITERI, 1998).

A teoria de análise facetada do CRG está dispersa em diversos trabalhos dos membros do grupo, portanto, uma dificuldade para aplicar sua base teórica é compilar todos os estudos do CRG, pois não estão agrupados em um único documento (SPITERI, 1998). Lima (2004a) concorda que existe esse empecilho para utilização da teoria do CRG ao afirmar que “os princípios do CRG, embora mais atualizados, encontram-se dispersos em artigos e livros publicados em períodos diferentes, o que torna sua consulta menos objetiva e produtiva”.

Dessa forma, Duarte e Cerqueira (2007, p. 43) citam as fontes em que se pode encontrar a teoria de análise facetada do CRG: “Austin 1968; Grupo de Pesquisa 1969; Classification 1985; Foskett, A. A. 1996; Foskett, D. J. 1970, 1971, 1974; Mills & Broughton 1977; Vickery 1960, 1966, 1975”.

Lima (2004a, 2004b, p. 65), explica que o CRG utilizou alguns conceitos da teoria de Ranganathan, entretanto, com o intuito de não restringir a aplicação prática de sua teoria, mudou alguns aspectos, como o fato do CRG não utilizar somente a garantia literária para definir os focos da linguagem documentária, considerando as mudanças e possíveis falhas que podem ocorrer no território editorial, que são prejudiciais na precisão dos focos definidos para a linguagem documentária.

Além de possibilitar a identificação das categorias pelo contexto do assunto, excluindo a imposição de forma mecânica das categorias fundamentais de Ranganathan, nesse sentido

Spiteri (*apud* LIMA, 2004a) conclui que o CRG não considera que necessariamente todos os assuntos possuam categorias fundamentais.

Dessa forma, o ponto principal observado na teoria do CRG é a recusa da escolha das categorias fundamentais e da ordem dessas categorias propostas por Ranganathan (AUSTIN, 1968; FOSKETT, 1974; MILLS; BROUGHTON, 1977; VICKERY, 1960, 1966, 1975 *apud* SPITERI, 1998), na qual, o CRG aumentou as categorias fundamentais de Ranganathan (PMEST) para dez, que são: Tipos de produto final, Partes, Materiais, Propriedades, Processos, Operações. Agentes, Espaço, Tempo e Forma de apresentação (LIMA, 2004b, p. 64-65).

Vickery (*apud* AITCHISON; GILCHRIST, 1979, p. 58), integrante do Classification Research Group, compilou uma lista de categorias e facetas retiradas de diversos estudos para o CRG, estruturada da seguinte forma:

- Coisas, substâncias, entidades
  - Ocorrência natural
  - Produtos
    - Ferramentas
  - Construções mentais
- Suas partes
  - Constituintes
  - Órgãos
- Sistema de coisas
- Atributo das coisas
  - Qualidades, propriedades
    - Estrutura
    - Medidas
  - Processos, comportamento
- Objeto de ação (paciente)
- Relação entre as coisas, interações
  - Efeitos

- Reações
- Operações em coisas
  - Experimentos
  - Mental
- Propriedades de atributos, relações e operações
- Operações em atributos, relações e operações
- Local, condições
- Tempo

### 3.4 TEORIA DA ANÁLISE FACETADA (TAF): o modelo simplificado de spiteri

O Modelo Simplificado de Spiteri, publicado em 1998 no artigo “*A simplified model for facet analysis: Ranganathan 101*”, não substitui as obras de Ranganathan e do CRG, mas complementa-as na medida em que facilita a metodologia para construção de classificação facetada e de tesouros.

Spiteri elaborou o Modelo Simplificado para análise facetada visando o ensino, aos alunos de Library and Information Science (LIS), de introdução aos sistemas de classificação facetados, pois, ela identificou dificuldade de aprendizado desse conteúdo, por conta da linguagem rebuscada e obsoleta utilizada por Ranganathan, e que os estudantes não tinham intimidade o suficiente com os 46 cânones, 13 postulados e 22 princípios da classificação facetada de Ranganathan.

O modelo simplificado incorpora os pontos positivos da abordagem de Ranganathan e do CRG, por considerar que os estudos de Ranganathan são pioneiros na área e que as pesquisas do CRG aperfeiçoam a teoria de análise facetada ao permitir novas categorias que se adéquem aos diversos contextos (LIMA, 2004a),

Nesse sentido, em que Spiteri desenvolve uma compilação de simples compreensão da classificação facetada pioneira e dos estudos do CRG, Lima ressalta que a usabilidade do Modelo Simplificado para análise facetada facilita o trabalho dos profissionais da informação, pois,

O Modelo Simplificado, embora ainda pouco divulgado, surge como uma nova opção para utilização condensada dos princípios da teoria da análise facetada, demandando menos tempo e menos fontes de consulta. Tanto para profissionais quanto acadêmicos, pode ser um instrumento auxiliar na criação ou ensino de tesouros facetados e sistemas de classificação facetados. (LIMA, 2004b, p. 70).

Assim, observa-se que Spiteri (1998) elaborou o modelo simplificado examinando qualquer redundância, contradição ou sobreposição em cada cânone, postulado e princípio de Ranganathan, analisando a correspondência ou a falta dela entre os princípios do CRG e da classificação facetada de Ranganathan, extraindo princípios em comum entre CRG e Ranganathan e sugerindo um caminho para os princípios que divergem.

Além de dividir o modelo simplificado baseando-se nos três planos da classificação facetada que são o plano das idéias, o plano verbal e plano notacional, também padronizou a denominação “Princípio” para todas as indicações.

### 3.4.1 Plano das Ideias

O Plano das ideias possui princípios indicados para escolha de facetas e para a escolha da ordem de citação de facetas e focos.

#### 3.4.1.1 PRINCÍPIOS PARA ESCOLHA DE FACETAS

- Princípio da Diferenciação: foi baseado no Cânone de diferenciação de Ranganathan, esse cânone define que é importante dividir os termos em seus componentes ou características em comum, ou seja, em facetas, que indiquem e diferencie as partes dessa entidade.
- Princípio da Relevância: Foi baseado no Cânone de Relevância de Ranganathan e no Princípio da Relevância do CRG. O Cânone de Relevância explica que é importante ter certeza no momento da escolha das facetas de uma entidade que elas reflitam o propósito do sistema de classificação, para que não se tornem redundantes ou polissêmicas com relação ao próprio contexto do sistema de classificação. O Princípio da Relevância do CRG reafirma que a faceta deve estar adequada à finalidade do

sistema de classificação. Sendo assim, esse princípio garante fidedignidade às facetas escolhidas em relação ao tema da linguagem documentária.

- Princípio da Determinabilidade: Foi baseado no Cânone da Determinabilidade de Ranganathan e no Princípio da Determinabilidade do CRG. O Cânone de Ranganathan explica que a faceta deve ser escolhida com a idéia de que a mesma não irá mudar com o tempo e que seja possível verificá-la no futuro. Já o princípio do CRG não foi claramente explicado, mas equivale ao cânone, pois, afirma que as facetas devem ser as características mensuráveis com o tempo.
- Princípio da Permanência: Baseado no Cânone de permanência de Ranganathan e no Princípio de permanência do CRG. A explicação desse princípio, tanto de Ranganathan como do CRG, se confunde com a definição do Princípio da Determinabilidade. Para Ranganathan, as facetas utilizadas devem permanecer no sistema de informação, a menos que haja uma alteração no objetivo de uso do sistema, ou seja, as facetas escolhidas devem ser permanentes na entidade analisada. O CRG acredita que as facetas devem expressar características permanentes da entidade analisada. Sendo assim, só podem ser escolhidas facetas permanentes, exemplo: o termo cachorro possui a faceta raça que pode ser verificada na posteridade, pois o cachorro não muda de raça com o tempo, mas mudaria de tamanho caso tamanho fosse escolhido como faceta.
- Princípio da Homogeneidade: Baseado no princípio da homogeneidade do CRG, no qual o conteúdo das facetas não pode se sobrepor a outro conteúdo, ou seja, cada faceta só pode ter uma característica, sendo, portanto, homogênea.
- Princípio exclusividade mútua: Esse princípio é baseado no princípio da exclusividade mútua do CRG, que equivale ao Cânone da Concomitância de Ranganathan, pois o princípio do CRG explica, de forma mais compreensível, que cada faceta deve ser a representação de uma única característica da divisão do termo analisado. Ou seja, o princípio da exclusividade mútua garante que cada “item no sistema de classificação tenha o seu lugar próprio” (SPITERI, 1998).
- Princípio das Categorias Fundamentais: Spiteri (1998) optou por utilizar o Princípio das categorias fundamentais do CRG, que propõe esse princípio baseado no princípio das categorias fundamentais de Ranganathan (o acrônimo PMEST). Entretanto, o CRG afirma que nenhuma lista de categorias fundamentais deve ser imposta a toda



classificação facetada, pois, questionou se as categorias fundamentais de Ranganathan seriam válidas para todos os assuntos, e observou o quão inconsistente é a definição de Personalidade, que pode abranger toda característica que não se aplique as outras categorias, tornando-se assim uma categoria de miscelâneas. Dessa forma, o CRG (*apud* LIMA, 2004b, p. 64 - 65) sugere dez categorias fundamentais que podem ser modificadas de acordo com o contexto de cada classificação facetada:

- Tipos de Produto Final;
- Partes;
- Materiais;
- Propriedades;
- Processos;
- Operações;
- Agentes;
- Espaço;
- Tempo;
- Forma de Apresentação.

#### **3.4.1.2 PRINCÍPIOS PARA ORDEM DE CITAÇÃO DE FACETAS E FOCOS**

- Sucessão Relevante: Baseado no Cânone para Sequência Útil de Ranganathan e no Princípio da Ordem no Renque do CRG. No modelo simplificado o princípio é aumentado para reafirmar que a ordem de citação deve ser relevante para o contexto do sistema de classificação. A sucessão relevante deve ser feita por:
  1. Ordem cronológica;
  2. Ordem alfabética;
  3. Ordem geométrica / espacial;
  4. Ordem do Simples para o Complexo;
  5. Ordem do Complexo para o simples;

6. Ordem Canônica (a ordem tradicional de um assunto);
  7. Quantidade crescente;
  8. Quantidade decrescente.
- Sucessão Consistente: baseada no Cânone de Sucessão Consistente de Ranganathan. Esse princípio foi mantido para ajudar a manter consistentes as estruturas das linguagens documentárias. Ranganathan definiu esse cânone explicando que as classes e sub-classes precisam manter uma ordem de citação paralela.

### 3.4.2 Plano Verbal

O Plano Verbal indica o caminho para escolha da terminologia (RANGANATHAN, 1967 *apud* SPITERI, 1998). De acordo com Lima (2004b, p. 69) no plano verbal foram feitas adaptações que mantêm a ideia central das duas correntes teóricas de classificação facetada. No modelo simplificado os princípios escolhidos foram:

- Princípio do Contexto: Esse princípio foi baseado no Cânone do contexto de Ranganathan, que indica que o conceito de um termo é atribuído em acordo com o contexto e da posição dentro da Linguagem Documentária, esse cânone ajuda a diferenciar homógrafos, e foi mantido no modelo simplificado para manter a clareza dos conceitos dos termos dentro do sistema de classificação.
- Princípio da Circulação ou Princípio da Terminologia Usual: Esse princípio tem como base o Cânone de circulação de Ranganathan, esse cânone requer atualizações constantes na Linguagem Documentária, pois, implica no uso da terminologia dentro do contexto atualizado da área de assunto que abrange o sistema de classificação. Dessa forma, foi mantido para garantir a relevância dos termos para os usuários dessa linguagem documentária.

### 3.4.3 Plano notacional

O plano notacional é utilizado para classificações, ou tesauros facetados que optam pelo uso da notação como acréscimo à forma de organização dos termos, o princípio levantado por SPITERI (1998) foi:

- Princípio da ordem de arquivamento ou ordem de fichamento: Esse princípio foi levantado a partir do Princípio da Ordem de Arquivamento do CRG.

### 3.4.4 Fundamentação teórica dos Princípios do Modelo Simplificado

O quadro que se segue explicita a base teórica dos princípios do Modelo Simplificado:

**Quadro1** - Fontes dos Princípios do Modelo Simplificado da Teoria de Análise Facetada de Spiteri

| Planos                         |                                     | Princípio  | Bases Teóricas   |  |
|--------------------------------|-------------------------------------|--|--|--|
|                                |                                     |  | Ranganathan  | Classification Research Group  |
| Plano das Ideias               | Escolha de Facetas                  | Princípio da diferenciação                                 | Cânone de diferenciação  | Não foi utilizado como base teórica.   |
|                                |                                     | Princípio de relevância                                    | Cânone de relevância   | Princípio da relevância  |
|                                |                                     | Princípio da Determinabilidade ou Princípio da Verificação | Cânone da determinabilidade  | Princípio da determinabilidade   |
|                                |                                     | Princípio da permanência                                   | Cânone de permanência  | Princípio da permanência   |
|                                |                                     | Princípio da homogeneidade                                 | Não foi utilizado como base teórica.   | Princípio da homogeneidade   |
|                                |                                     | Princípio da exclusividade mútua                           | Existe o cânone da concomitância, porém, por causa da linguagem rebuscada esse cânone não foi utilizado como base teórica. | Princípio da exclusividade mútua, baseado no cânone da concomitância.                              |
|                                |                                     | Princípio das Categorias Fundamentais                      | Existe o cânone das Categorias Fundamentais, porém, não foi utilizado como base teórica.                                   | Princípio das categorias fundamentais, baseado parcialmente no cânone das categorias fundamentais. |
|                                | Ordem de citação de facetas e focos | Sucessão relevante   | Cânone para Sequência Útil   | Princípio da Ordem no Renque do CRG  |
|                                |                                     | Sucessão consistente                                       | Cânone de Sucessão Consistente   | Não foi utilizado como base teórica.   |
| Princípios do plano verbal     |                                     | Princípio do contexto                                      | Cânone do contexto   | Não foi utilizado como base teórica.   |
|                                |                                     | Princípio da circulação ou Princípio da terminologia usual | Cânone de circulação   | Não foi utilizado como base teórica.   |
| Princípios do Plano Notacional |                                     | Princípio do sinônimo                                      | Cânone de sinônimo   | Não foi utilizado como base teórica.   |
|                                |                                     | Princípio do homônimo                                      | Cânone de homônimo   | Não foi utilizado como base teórica.   |
|                                |                                     | Princípio da hospitalidade                                 | Não foi utilizado como base teórica  | Princípio de Hospitalidade   |
|                                |                                     | Ordem de Arquivamento ou Ordem de Fichamento               | Não foi utilizado como base teórica  | Princípio da Ordem de Arquivamento do CRG  |

### 3.5 DIRETRIZES DA UNESCO PARA ELABORAÇÃO DE TESAuros MONOLÍNGUES

A UNESCO (1993, p. 19) destaca que para manter o controle de um vocabulário é necessário restringir o significado dos termos, que ao contrário de um verbete de dicionário que abrange todas as possibilidades de seu uso, o termo no tesauro só possui um significado para seu uso, que é definido pela necessidade da ferramenta de indexação específica, quando há mais de um termo (sinônimos ou quase sinônimos) pode-se registrar o mesmo conceito, porém, no tesauro deve-se indicar qual o termo preferido (ou autorizado) objetivando o controle do vocabulário.

Além disso, a UNESCO (1993, p. 25) explica o que é um sistema de indexação pós-coordenado e pré-coordenado, de acordo com sua definição num sistema pós-coordenado os termos são relacionados no momento da indexação, e num sistema pré-coordenado as relações entre os termos são expressas no momento em que eles são incluídos no vocabulário controlado.

O marco principal do documento da UNESCO (1993, p. 55, 56) é a explicação sobre as relações entre as categorias que estruturam o tesauro, de acordo com esse documento existem dois métodos para estruturação de um tesauro, que em geral podem ser combinados: o primeiro método é a estruturação em campos ou disciplinas, e a segunda forma de estruturação é feita por facetas. Nesse trabalho essa distinção entre faceta e campo será utilizada como proposta para aprimoramento do Tesauro de Contas.

Afinal, o Tesauro de Contas é estruturado por campos temáticos, denominados pelo TCDF de categorias, que são áreas de atuação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, e a aplicação de facetas numa linguagem documentária, como o Tesauro de Contas, de acordo com a UNESCO (1993, p. 57) traz vantagens como:

- Menos trabalho de revisão quando um termo ou conceito é realocado para outro campo. Tais realocações de termos são comuns no Tesauro de Contas, pois, quando são necessárias, priorizam atender às necessidades da corte de contas.
- A concordância sobre a estruturação do tesauro entre diferentes centros de informação tende a aumentar. Nesse ponto, considera-se que o Tesauro de Contas é o segundo tesauro de tribunal de contas construído no Brasil, e outros tribunais de contas brasileiros demonstraram interesse nessa ferramenta de indexação, é interessante que a

aceitação de diversos centros de documentação da mesma área valide a qualidade do Tesouro de Contas.

Sobre as duas metodologias de estruturação de tesouros a UNESCO (1993, p. 56) ressalta os prós e contras de ambas:

- Vantagem da categorização por campos: é amplamente utilizada em tesouros mistos (que é o caso do Tesouro de Contas, que abrange diversas áreas temáticas).
- Desvantagem da categorização por campos: para a UNESCO a desvantagem desse método é que um mesmo termo pode ser relacionado a vários campos gerais, causando problemas na troca de informações entre Centros de Informação, ou no surgimento de novas campos gerais.
- Vantagem da categorização por facetas: a estruturação por facetas funciona quando existe controle rigoroso na inclusão de novos termos, entretanto, mantém o rigor no controle terminológico. Nessa categorização os termos devem ser organizados pelo tipo de conceito que eles representam, e nos casos em que o tesouro combina campos gerais com facetas, só depois dessa primeira categorização é que são incluídos em campos pertinentes.
- Desvantagens da categorização por facetas: o fato de poder dispersar conceitos associados a uma disciplina em tesouros que são estruturados apenas por facetas, e dificultar para o indexador a compreensão da estrutura do tesouro. Entretanto, essa desvantagem não se aplica a tesouros que combinam os dois métodos.

### 3.6 CONSTRUÇÃO DE TESAuros-FACETADOS: PROPOSTA DE MAYA-MONTALVO (1986)

Maya-Montalvo (1986, p. 102-208) propôs uma metodologia, na qual foram detectadas 24 etapas para construção de tesouros-facetados, a saber:

1. Delimitação das áreas centrais, periféricas e fronteiras de assunto do tesouro;
2. Estabelecer, através dos artifícios de revocação e especificação, parâmetros de profundidade e especificidade para realizar a coleta dos termos. No caso do tesouro estudado por Maya-Montalvo (1986, p. 105) sobre Café, os parâmetros de profundidade e especificidade resultaram nos seguintes objetivos:

- a. Levantar vocabulários de entrada no qual seja possível identificar assuntos para entrada (indexação) e saída (busca) de dados;
  - b. Utilizar normas de expressão dos termos apropriadas;
  - c. Utilizar classificação facetada para sistematizar os assuntos;
  - d. Usar notações, conforme princípios de expressividade e hospitalidade;
  - e. Estabelecer as relações paradigmáticas e sintagmáticas que definissem o campo semântico do tesouro;
  - f. Definir significados dos termos através de diversos tipos de definições e notas;
  - g. Utilizar referências cruzadas, que significam a abreviação de tipos de termos e remissivas de um tesouro, ex.: Termo Geral, a referência cruzada é TG;
  - h. Manter a pré-coordenação no tesouro, para, sobretudo, para designar as características de termos compostos;
  - i. Organizar o Tesouro alfabeticamente;
  - j. Atribuir especificidade aos termos;
  - k. Definir os níveis de especificidade de assuntos, podendo resultar em categorias, facetas, subfacetas e focos;
3. Identificação das fontes para coleta de terminologia, através da garantia literária, que é resultado da análise da literatura especializada no assunto, e do endosso do usuário, que é a validação de especialistas na área;
4. Análise dos documentos, mediante análise da estrutura linear dos textos extraídos dos documentos, detectando verbos, adjetivos, artigos, preposições, etc.
5. Coleta da terminologia, que é realizada após a análise de documentos por considerar que ordenar os termos conhecendo suas funções gramaticais é mais simples;
6. Eliminação de termos, incluindo, por exemplo, artigos e preposições detectados na análise dos documentos;
7. Determinar conceitos e significados, a partir da relação entre nomes, conceitos e coisas;
8. Agrupar os termos provisoriamente;
9. Seleção e redução de termos, observando a frequência com que os termos aparecem na literatura;

10. Determinar formas de termos, de acordo com as normas para construção de tesaurus:
  - a. Determinar uso de substantivos;
  - b. Determinar uso de adjetivos, que devem ser usados como modificadores;
  - c. Determinar número gramatical, para estabelecer o uso de plural e singular:
    - i. Singular: processos, operações, características e conceitos incontáveis, que expressam volume;
    - ii. Plural: objetos, entidades, normas práticas e conceitos contáveis, que expressam quantidade.
  - d. Forma de termos simples e compostos;
  - e. Abreviação dos termos;
  - f. Tradução dos termos de língua estrangeira;
  - g. Grafia dos termos;
11. Identificação de características, que podem ser:
  - a. Essenciais, que se dividem em:
    - i. Constitutivas, ou seja, compõe a matéria do objeto;
    - ii. Consecutivas, que derivam da matéria do objeto.
  - b. Acidentais, que podem ser simples, com uma propriedade do objeto, ou complexas, com mais de uma propriedade do objeto, e derivam das características essenciais, além de se dividirem em:
    - i. Gerais;
    - ii. Individualizantes.
12. Definições dos conceitos dos termos, podendo utilizar, dentre outros tipos de definições, a definição nominal, que emprega sentido de uso ao termo, e notas de alcance que delimita significados a termos com ambigüidade conceitual;
13. Aplicação dos princípios de divisão, que atribuem homogeneidade e exaustividade a grupos de conceitos com a finalidade de definir categorias, facetas, subfacetas e focos, e assim agrupar, mediante coordenação, os grupos conceituais;



14. Formulação de categorias, o autor selecionou algumas categorias do CRG que se adequavam ao Tesouro-Facetado sobre Café, e depois explicou as definições conceituais dessas categorias;
15. Definir as relações entre os termos, pois, as relações tornam perceptíveis aspectos semelhantes e contrários entre termos, sendo um tipo de relação denominada relação formal, da qual se originam as relações: lógicas, de igualdade, de equivalência, de interseção, de negação. Nesta etapa se definem as relações paradigmáticas e sintagmáticas:
  - a. As relações paradigmáticas podem ser:
    - i. Sinonímias;
    - ii. Quase-sinonímias;
    - iii. Antonímias;
    - iv. Polissemias;
    - v. Homonímias
    - vi. Hierarquias, podendo ser de:
      1. Gênero/espécie;
      2. Todo/parte;
      3. Coisa/tipo;
  - b. As relações sintagmáticas determinam através das combinações de termos de um campo ou da observação de frequência de dois termos em um contexto os tipos de associações esses termos que representam;
16. Definir a ordem de citação para as categorias dentro do tesouro;
17. Estabelecer facetas e subfacetas, consiste em organizar os termos dentro das categorias subdivididas em facetas e subfacetas;
18. Princípios de integração: servem para definir uma ordem coordenada para dispor os termos, que pode ser:
  - a. Geométrica;
  - b. Cronológica;
  - c. Crescente-decrescente;

- d. Evolucionária;
  - e. Espacial;
  - f. Sequência;
  - g. De garantia literária;
  - h. Alfabética.
19. Ordem de arquivo: Consiste em escolher uma ordem de arquivamento e posicionar as facetas dentro das categorias nessa estrutura.
20. Aplicar as notações: essa etapa foi sugerida pelo autor porque o Tesouro-Facetado sobre Café, que foi o tesouro em que o autor aplicou essa metodologia, é um tesouro sistematizado. As notações devem ser expressivas, ou seja, refletirem a ordem de arquivo, e hospitaleiras, para facilitarem o crescimento ordenado do tesouro.
21. Definir os símbolos do tesouro: Referem-se às referências cruzadas, que são as abreviações dos tipos de termos e remissivas presentes em um tesouro, exemplos:
- a. Usado Para (UP), o símbolo ou referência cruzada associada a essa remissiva é UP,
  - b. Termo Específico (TE), o símbolo ou referência cruzada associada a esse tipo de termo é TE,
  - c. Termo Relacionado (TR), o símbolo ou referência cruzada para associada a esse tipo de termo é TR.
22. Ordenar alfabeticamente os termos;
23. Revisar todos os procedimentos acima: essa etapa é indicada por precaução, para observar se o tesouro está consistente e unívoco;
24. Símbolos de conexão: são indicadores de função do termo, indicados e utilizados pelo autor como instrumentos relacionais, ou seja, fazem parte das relações sintáticas, e são necessários para tesouros sistematizados.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir da revisão da literatura percebe-se a importância de uma linguagem controlada bem estruturada e refinada para a recuperação da informação jurisprudencial do TCDF. Destacando a importância de manter bem organizada a linguagem documentária Tesouro de Contas, vale lembrar que as autoras Smit e Kobashi (2003, p. 21), ao falarem sobre vocabulários controlados em geral, observam que em instituições muito grandes o profissional da informação não possui, sozinho, o conhecimento especializado de todos os setores da instituição.

Portanto, após a revisão da construção do Tesouro de Contas e de literatura, considerou-se que o Tesouro de Contas é um instrumento elaborado para uma grande instituição, que possui vasta abrangência temática para contemplar todas as Unidades Administrativas do TCDF, e que a sua equipe de construção e atualização, denominada Comissão Permanente, não possui uma quantidade significativa de servidores, e que quanto maior o rigor no controle dos termos menor a possibilidade de equívocos e retrabalhos.

Ou seja, o Tesouro de Contas é multidisciplinar, e isso possibilita maior facilidade de erros no que diz respeito à estruturação dos diversos conteúdos que o tesauro abrange. Dessa forma, a solução que essa metodologia propôs, para a redução da ocorrência de erros no que diz respeito à dispersão de termos e realocações de termos entre hierarquias, é um aprimoramento da categorização do tesauro por meio de facetas.

Cabe ressaltar, que para esse trabalho considerou-se que cada termo possuía um conceito relacionado a um tipo de objeto, que poderia ser, de acordo com Dahlberg (1978, p. 102), geral ou individual. Outro aspecto nesse modelo de levantamento de facetas é o conceito de faceta definido por Ranganathan (1967, 102), no qual a faceta é uma característica em comum de um grupo de conceitos. Além disso, para esse estudo foi levada em consideração a distinção entre campo e faceta que a UNESCO (1993, p. 54) indica em sua norma para elaboração de tesouros monolíngues.

Assim sendo, foi proposta ao TCDF a combinação dos dois métodos de estruturação de tesouros no Tesouro de Contas, visando aumentar o controle dos termos, que poderia ocorrer da seguinte maneira: “um tesauro pode ser organizado primeiramente em campos, e facetas podem ser introduzidas como base para a organização de conceitos em um dado campo” (UNESCO, 1993, p. 56).

Tal proposta de aprimoramento do Tesouro de Contas pela combinação de campos e facetas se caracterizou como uma pesquisa classificada de acordo com a sua finalidade, ou seja, como uma pesquisa aplicada, que para GIL (2010, p. 26, 27) é uma pesquisa que foca na “aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação específica”. Isto é, para o autor a pesquisa aplicada tem como objetivo sanar problemas visualizados na sociedade em que o pesquisador está inserido. Observa-se então que, como esse trabalho teve como objetivo a aplicação de uma estrutura facetada no Tesouro de Contas, ele foi caracterizado como uma pesquisa aplicada.

A metodologia utilizada para escolha de facetas foi retirada, em sua maior parte, da tese de MAYA-MONTALVO (1986, p. 102), que utiliza o método analítico-sintético, para construção de um tesouro-facetado. Tal metodologia será aplicada a uma amostra de uma área núcleo do Tesouro de Contas como proposta de procedimentos aplicáveis a todas as áreas temáticas do Tesouro de Contas à instituição TCDF.

Cabe ressaltar que Duarte e Cerqueira (2007, p. 42) explicam que a metodologia para análise facetada é uma técnica que aceita variações de modelos, por considerar especificidades de cada linguagem documentária. Dessa forma, com o intuito de utilizar procedimentos da metodologia para construção de tesouros-facetados de MAYA-MONTALVO (1986) que se adéquem à necessidade de análise da amostra do Tesouro de Contas, que não está sendo construído desde o primeiro passo, apenas algumas etapas da metodologia do referido autor serão adotados nessa pesquisa.

#### **4.1 ESCOLHA DA TEORIA**

A Teoria do Conceito de Ingetraut Dahlberg (1978) é utilizada como base para esse modelo de levantamento de facetas, por ser, também, considerada a base da metodologia para construção de tesouros-facetados de MAYA-MONTALVO (1986).

#### **4.2 ESCOLHA DA METODOLOGIA**

Das vinte e quatro etapas detectadas na metodologia para construção de tesouros-facetados, de Maya-Montalvo (1986, p. 102-208), foram utilizados apenas cinco

procedimentos para o levantamento das facetas de um campo do Tesouro de Contas, descritos na revisão de literatura com os números 11-14 e 17.

Além de dois passos, que indicaram as relações hierárquicas do termo e se o termo possuía um conceito relacionado a um objeto geral ou individual, para, nesse segundo procedimento, justificar a quantidade de significações que seria registrada em cada termo numa etapa posterior, afinal, de acordo com Dahlberg (1978, p. 102), os conceitos relacionados a objetos individuais não necessitam de muitos significados, pois, a definição nominal, que nesse modelo será denominada como significação, para que não haja confusão conceitual, é mais importante em conceitos relacionados a objetos gerais por revelar os objetos que estão inseridos nesse conceito geral do que em conceitos individuais.

Esses procedimentos foram testados em uma amostra de 30 (trinta) termos pertencentes ao campo Administração, gestão e planejamento, que abrange os termos que formam até o segundo nível hierárquico do campo, estruturados no software livre TemaTres.

Os cinco passos que foram utilizados são (MAYA-MONTALVO, 1986, p. 102-208):

- **Significação dos termos:** tais significados serão extraídos da literatura, pois, esta lhes confere garantia literária. Serão retirados diversos significados da doutrina para cada termo, para facilitar a identificação das características dos termos.
- **Identificação das características dos termos:** na qual cada termo analisado terá suas características essenciais e acidentais definidas;
- **Aplicação dos princípios de divisão:** agrupa os termos do mais geral para o mais específico, determinando os níveis de assunto que serão utilizados (assunto/disciplina, facetas e subfacetas) (MAYA-MONTALVO, 1986, p. 138, 139);
- **Indicação de categorias:** as categorias serão indicadas com base na sugestão do modelo simplificado de Spiteri (1993), que opta pelas categorias do CRG, de forma a indicar as categorias que melhor se adéquem ao Tesouro de Contas;
- **Estabelecimento de facetas:** as facetas escolhidas serão ordenadas dentro das suas respectivas categorias, mediante análise da definição do termo e da definição da categoria. Tal estabelecimento das facetas será feito a partir dos princípios para escolha de facetas e focos explicados no Modelo Simplificado de Spiteri (1993).

Em suma os passos do modelo para levantamento de facetas são:

1. Identificação das características dos termos;

2. Identificação das relações hierárquicas dos termos;
3. Identificação dos tipos de objetos relacionados aos conceitos, individuais ou gerais;
4. Significação dos termos;
5. Aplicação dos princípios de divisão;
6. Indicação de categorias;
7. Estabelecimento de facetas.

Cabe ressaltar, que os passos: identificação das relações hierárquicas dos termos; identificação dos tipos de objetos relacionados aos conceitos dos termos; significação dos termos; e identificação das características e aplicação dos princípios de divisão serão realizados em fichas separadas para cada termo. E as etapas indicação de categorias e estabelecimento de facetas serão elaboradas ao fim da análise dos termos pelos procedimentos anteriores.

Outro aspecto que poderá ser incluído na utilização desse modelo para identificação de facetas é o procedimento número 15 da tese de MAYA-MONTALVO (1986, p. 153-174), que define as relações paradigmáticas e sintagmáticas entre os termos.

#### **4.3 DEFINIÇÃO DA AMOSTRA**

Na primeira quinzena de maio de 2013 foram escolhidos 30 (trinta) termos pertencentes aleatoriamente ao campo Administração, gestão e planejamento. Tais termos compõem até o segundo nível hierárquico do referido campo, contido no software TemaTres.

Cabe ressaltar que por questões técnicas o software utilizado para o Tesauro de Contas não impede que os nomes dos campos apareçam apenas como forma de categorização, permitindo que eles estejam dispostos, equivocadamente, como Termos Gerais, portanto, para a amostra desse trabalho desconsiderou-se a nomenclatura disposta para os tipos de termos no tesauro dentro do software TemaTres, utilizando Termo Específico 1 (TE1) como Termo Geral (TG) e Termo Específico 2 (TE2) como TE1, assim sendo, para este trabalho considerou-se até o primeiro nível hierárquico do campo Administração, gestão e planejamento.

A amostra foi constituída dos seguintes termos:

Administração, gestão e planejamento:

**1. TG Acordo**

- 2. TE1 Acordo coletivo de trabalho
- 3. TE1 Acordo individual de trabalho
- 4. TE1 Ajuste
- 5. TE1 Contrato

**6. TE1 Convênio**

**7. TE1 Protocolo de intenção**

**8. TE1 Termo de cooperação**

**9. TG Administração Pública**

**10. TE1 Administração direta**

**11. TE1 Administração indireta**

**12. TE1 Gestão de material e patrimônio**

**13. TE1 Gestão de Bens Públicos (Móveis / Imóveis)**

**14. TG Gestão de recursos humanos**

**15. TE1 Benefício assistencial**

**16. TE1 Benefício previdenciário**

**17. TE1 Desligamento de servidor**

**18. TE1 Férias**

**19. TE1 Local de execução do trabalho**

**20. TE1 Movimentação de pessoal**

**21. TE1 Salário**

**22. TE1 Terceirização**

**23. TE1 Treinamento e capacitação**

**24. TG Planejamento****25. TE1 Metas e resultados****26. TE1 Planejamento estratégico****27. TE1 Planejamento operacional****28. TE1 Planejamento tático****29. TE1 Plano de ação****30. TE1 Qualidade****4.4 PRÉ-TESTE**

De acordo com (GIL, p. 107) o pré-teste objetiva avaliar o instrumento de coleta, para que haja precisão na avaliação. No caso dessa análise facetada o pré-teste foi realizado em 10% da amostra, totalizando os 05 (cinco) primeiros termos que foram analisados, visando identificar se havia inconsistência na forma da escolha da amostra, e nos processos metodológicos propostos para a análise facetada. Os Termos analisados no pré-teste foram:

1. TG Acordo
2. TE1 Acordo coletivo de trabalho
3. TE1 Acordo individual de trabalho
4. TE1 Ajuste
5. TE1 Contrato



#### 4.4.1 Análise dos termos do pré-teste

##### 4.4.1.1 TG ACORDO

###### Características do termo

Características essenciais:

- Constitutivas:
  - É um **documento**;
  - Possui **objetivos**;
  - Possui **cláusulas**.
- Consecutivas:
  - Indica **metas** a serem cumpridas;
  - Estabelece **prazos**;
  - Estabelece um acordo entre duas ou mais **partes interessadas**;

Características acidentais:

- Gerais:
  - Possui um **regime jurídico**;
  - Envolve as **variáveis** das partes interessadas (missão, visão, valores, objetivos, interesses, etc.).
- Individualizantes:
  - Os **tipos** de acordos são:
    - Acordo coletivo de trabalho;
    - Contrato;
    - Ajuste contratual;

- Convênio;
- Protocolo de intenção;
- Termo de cooperação;
- Termo de parceria.

### **Relações do termo**

#### **TG Acordo**

TE1 Acordo coletivo de trabalho

TE1 Acordo individual de trabalho

TE1 Ajuste

TE1 Contrato

TE1 Convênio

TE1 Protocolo de intenção

TE1 Termo de cooperação

TE1 Termo de parceria

### **Tipo de objeto relacionado ao conceito do termo**

O objeto que é relacionado ao conceito é **geral**.

### **Significação**

Significado 1: “Consenso, combinação, convenção, conformidade em: *acordo* de vontades.”  
(NUNES, 1999, p. 50).

Significado 2: “convênio ou contrato, verbal ou escrito, entre duas ou mais pessoas físicas, pessoas jurídicas ou órgãos governamentais, no qual as partes assumem obrigações e direitos”  
(LACOMBE, 2004, p. 6).

## Princípios de divisão

### **Constituintes do objeto *Acordo***

### ***Características de divisão***

#### *Acordo*



#### Tipo de documento

Acordo coletivo de trabalho  
 Acordo individual de trabalho  
 Contrato  
 Convênio  
 Ajuste  
 Protocolo de intenção  
 Termo de intenção  
 Termo de cooperação  
 Termo de parceria



#### Tipos de acordos

#### *Objetos do Acordo*



#### Objetos do documento

Objetivos  
 Cláusulas  
 Metas  
 Prazos  
  
 Partes interessadas  
  
 Regime jurídico



#### Objetos inerentes aos Acordos



#### Variáveis do documento

#### 4.4.1.2 TE1 ACORDO COLETIVO DE TRABALHO

##### Características do termo

Características essenciais:

- Constitutivas:
  - É um **documento**;
  - Possui **objetivos**;
  - Possui **cláusulas**.
- Consecutivas:
  - Estabelece um acordo entre duas ou mais **partes interessadas** (pessoa física e pessoa jurídica);
  - As partes interessadas possuem **direitos e deveres**.

Características acidentais:

- Gerais:
  - Possui **regime jurídico**;
  - Envolve as **variáveis** das partes interessadas (missão, visão, valores, objetivos, interesses, etc.).

##### Relações do termo

TG Acordo

**TE1 Acordo coletivo de trabalho**

##### Tipo de objeto relacionado ao conceito do termo

O objeto que é relacionado ao conceito é **geral**.

### **Significação**

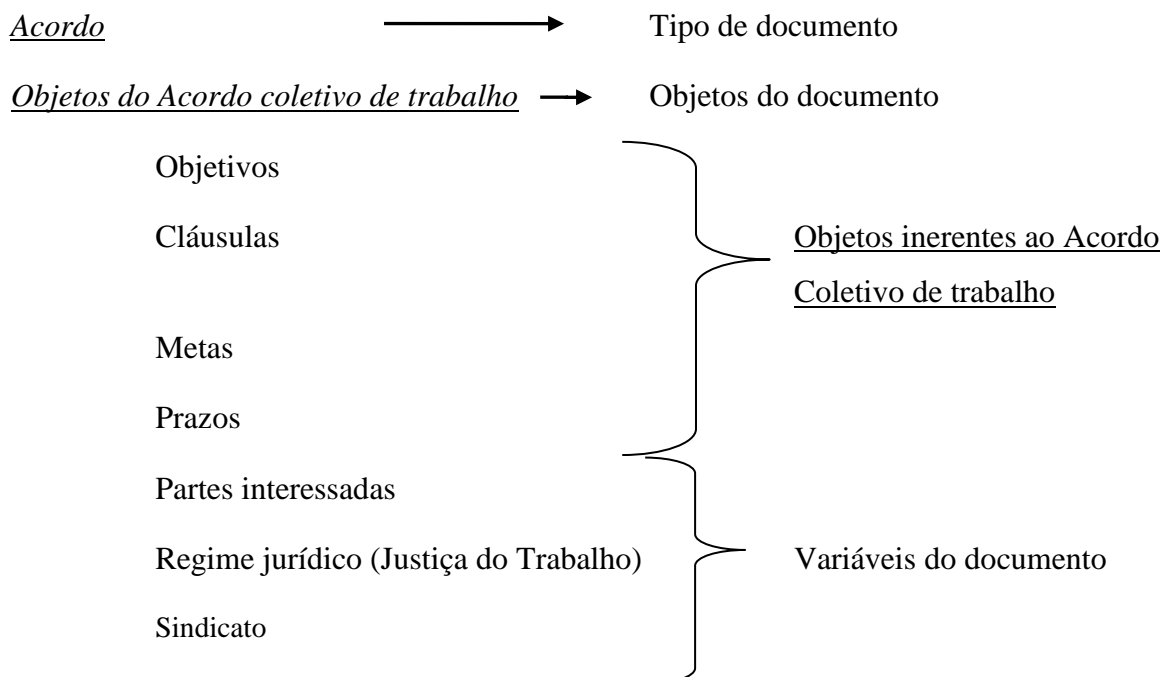
Significado 1:“(dir. trab.) Ajuste que, mediante a Justiça do Trabalho, põe fim ao dissídio surgido entre empregados e patrões por diversidade de interesses e opiniões” (NUNES, 1999, p. 50).

Significado 2: “pacto celebrado entre a administração de uma ou mais empresas e os representantes dos empregados, geralmente os dirigentes sindicais, para estabelecer procedimentos a serem observados nas relações de emprego: salário, benefícios, condições de trabalho, garantia de emprego e outros tópicos ligados ao trabalho e à relação empregatícia. Difere das convenções coletivas, nas quais as empresas são representadas por sindicatos ou órgãos de classe” (LACOMBE, 2004, p. 6).

Significado 3: “Convenção coletiva de trabalho” (ACQUAVIVA, 2008, p. 45).

### **Princípios de divisão**

**Componentes do objeto *Acordo coletivo de trabalho*      Características de divisão**



#### 4.4.1.3 TE1 ACORDO INDIVIDUAL DE TRABALHO

##### Características do termo

Características essenciais:

- Constitutivas:
  - Pode ser um **documento** ou um **acordo verbal**;
  - Possui **objetivos**;
  - Possui **cláusulas**;
  - Estabelece **prazos** para execução das cláusulas;
  - Estabelece uma **relação de emprego**
  - A relação de emprego estabelecida pode ser de **prazo determinado** ou **indeterminado**.
- Consecutivas:
  - A execução do acordo deve ser **fiscalizada**;
  - Estabelece um acordo entre duas **partes interessadas** (pessoa física e/ou pessoa jurídica);
  - As partes interessadas possuem **direitos e deveres**.

Características acidentais:

- Gerais:
  - Regido juridicamente pela **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**;
  - Envolve **variáveis** das partes interessadas (missão, visão, valores, objetivos, interesses, sindicato, etc.).

**Relações do termo**

TGAcordo

**TE1Acordo individual de trabalho**

**Tipo de objeto relacionado ao conceito do termo**

O objeto que é relacionado ao conceito é **geral**.

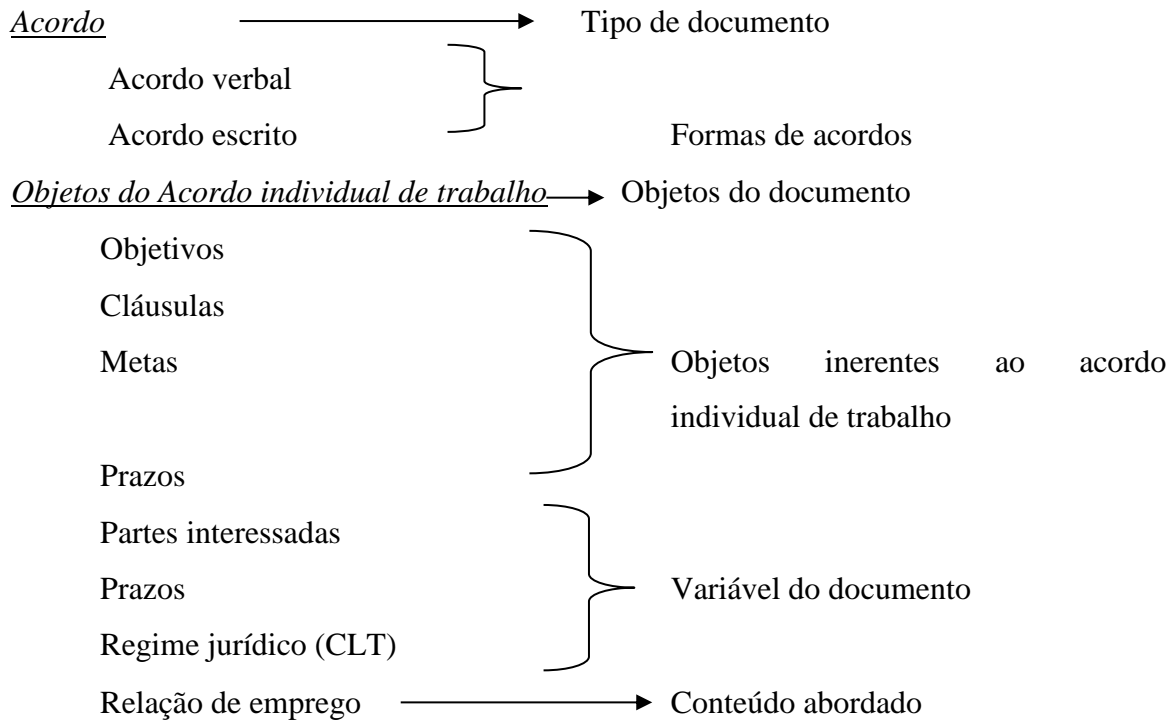
**Significação**

Significado 1: De acordo com o artigo 443 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) o acordo individual de trabalho ou “contrato individual de trabalho poderá ser acordado tácita ou expressamente, verbalmente ou por escrito e por prazo determinado ou indeterminado”.

Significado 2: O acordo individual de trabalho ou “contrato Individual é o acordo tácito ou expreso, verbal ou escrito, por prazo determinado ou indeterminado, que corresponde a uma relação de emprego, que pode ser objeto de livre estipulação dos interessados em tudo quanto não contravenha as disposições de proteção do trabalho, às convenções coletivas que lhe seja aplicável e as decisões de autoridades competentes. Caracteriza-se toda vez que uma pessoa física prestar serviço não eventual a outra pessoa física ou jurídica, mediante subordinação hierárquica e pagamento de uma contraprestação denominada salário” (RAMOS *apud* CLT, arts. 442 e 443, caput).

### Princípios de divisão

#### **Componentes do objeto *Acordo* *Características de divisão individual de trabalho***



#### **4.4.1.4 TE1 AJUSTE**

### Características do termo

Características essenciais:

- Constitutivas:
  - É um **ajuste econômico-financeiro** em contratos;
  - Ocorre por meio de **acréscimos, modificações** ou **abstrações** de cláusulas;
  - Envolve questões de **compra e prestação de serviços**.
- Consecutivas:



- Possui mais de uma **parte interessada**, sendo órgãos privados e/ou instituições privadas.

Características acidentais:

- Gerais:
  - Regido pela Lei nº 8.666 de 1993 e pela Lei nº 10192 de 2001.

### **Relações do termo**

TG Acordo

**TE1 Ajuste**

### **Tipo de objeto relacionado ao conceito do termo**

O objeto que é relacionado ao conceito é **geral**.

### **Significação**

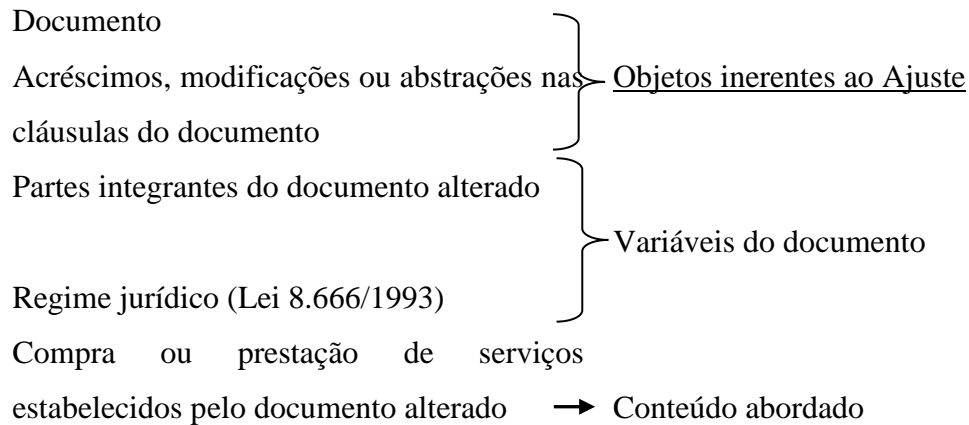
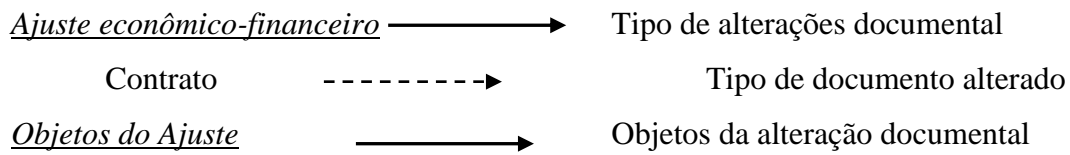
Significado 1: “Instrumento através do qual um ministério ou órgão adjudica a outro ministério ou órgão a execução de projetos e atividades constantes de seus programas de trabalho. O ajuste é utilizado somente quando forem partes, entre si, os próprios ministérios ou órgãos dos poderes da União, por intermédio de suas unidades orçamentárias ou gestoras intervenientes” ([www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/glossario/) *apud* INSTITUTO RUY BARBOSA, 2005, p. 22).

Significado 2: O termo ajuste refere-se a ajustes contratuais regidos pelo artigo 65 da Lei 8.666 de 1993. O principal motivo para os ajustes contratuais realizados pela Administração Pública com organizações privadas ou com outros órgãos/entidades da Administração Pública é o interesse público, o ajuste contratual é realizado “na busca pela consecução de determinado objeto, seja ele uma compra, prestação de serviços ou outra necessidade inerente à realização do bem comum” (MOREIRA, s.d.).

### Princípios de divisão

#### **Componentes do objeto *Ajuste***

#### **Características de divisão**



#### **4.4.1.5 TE1 CONTRATO**

### Características do termo

Características essenciais:

- Constitutivas:
  - É um **documento**;
  - Possui **objetivos**;
  - Possui **cláusula**;
  - Estabelece **metas** a serem executadas;
  - Estabelece **prazos**.
- Consecutivas:
  - A execução deve ser **fiscalizada**;

- Estabelece um acordo entre duas ou mais **partes interessadas** (pessoa física e/ou pessoa jurídica);
- As partes interessadas possuem **direitos e deveres**.

Características accidentais:

- Gerais:
  - Envolve **variáveis** das partes interessadas (missão, visão, valores, interesses, etc.);
  - Possui **regime jurídico**.
- Individualizantes:
  - **Tipos** de contratos:
    - Comissão;
    - Compra e venda;
    - Depósito;
    - Doação;
    - Empréstimo;
    - Fiança;
    - Locação;
    - Prestação de serviço;
    - Seguro;
    - Transação;
    - Transporte;
    - Outros.

### **Relações do termo**

TG Acordo

**TE1 Contrato**

TE2 Comissão

TE2 Compra e venda

TE2 Corretagem

TE2 Depósito  
TE2 Doação  
TE2 Empréstimo  
TE2 Fiança  
TE2 Locação  
TE2 Mandato  
TE2 Prestação de serviço  
TE2 Princípio da boa-fé  
TE2 Princípio da probidade  
TE2 Seguro  
TE2 Transação  
TE2 Transporte  
TE2 Troca

### **Tipo de objeto relacionado ao conceito do termo**

O objeto que é relacionado ao conceito é **geral**.

### **Significação**

Significado 1: “Acordo ou ajuste em que os participantes tenham interesses diversos e opostos, isto é, quando se desejar, de um lado, o objeto do acordo ou ajuste, e do outro lado a contraprestação, ou seja, o preço” (REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORÇAMENTO PÚBLICO, 1975 *apud* INSTITUTO RUY BARBOSA, 2005).

Significado 2: “acordo voluntário e lícito entre duas ou mais pessoas, físicas ou jurídicas, que se atribuem direitos e obrigações. O contrato, uma vez assinado pelos contratantes ou seus representantes, na forma prevista na legislação, passa a ser um instrumento jurídico que obriga os contratantes ao seu cumprimento. O contrato é, em geral, um documento formal escrito, mas pode, em alguns casos, ser verbal, quando há confiança entre os contratantes” (LACOMBE, 2004, p. 78).

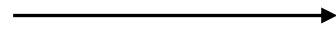
Significado 3: “Acordo de vontades entre duas ou mais pessoas, sobre objeto lícito e possível, com o fim de adquirir, resguardar, modificar ou extinguir direitos” (ACQUAVIVA, 2008, p. 141).

### **Princípios de divisão**

#### **Componentes do objeto *Contrato***

#### ***Características de divisão***

Acordo



Tipo de documento

Contrato

Comissão

Compra e venda

Depósito

Doação

Empréstimo

Fiança

Locação

Prestação de serviço

Seguro

Transação

Transporte

Tipos de contratos

Objetos do Contrato



Objetos do documento

Objetivos

Cláusulas

Metas

Prazos

Objetos inerentes ao Contrato

Partes interessadas

Prazos

Execução

Fiscalização

Regime jurídico

Variáveis do documento

#### 4.4.2 Análise dos resultados dos termos do pré-teste

Observou-se uma característica maior dentro dos termos do pré-teste, que é *Tipo de documento*, quatro termos analisados representam um tipo de documento, logo, essa faceta “Documento” representa esses termos, e o termo Ajuste foi caracterizado por ser uma alteração documental, logo é pela faceta de “Reestruturação em documentos”.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

Os vinte e cinco termos que completam a amostra, somados aos analisados no pré-teste estão localizados no APÊNDICE A.

### 5.1 RESULTADO

Dentro da amostra observaram-se as seguintes características capazes de agrupar os termos:

- Tipo de documento: presente nos termos:
  - Convênio;
  - Protocolo de intenção;
  - Termo de cooperação;
  - Plano de ação.
- Tipo de administração: presente nos termos:
  - Administração pública;
  - Administração direta;
  - Administração indireta.
- Tipo de atividade: presente nos termos:
  - Gestão de material e patrimônio;
  - Gestão de Bens Públicos (Móveis / Imóveis);
  - Gestão de recursos humanos;
  - Desligamento de servidor;
  - Férias;

- Movimentação de pessoal;
  - Terceirização;
  - Treinamento e capacitação.
- Tipo de pagamento: presente nos termos:
  - Benefício assistencial;
  - Benefício previdenciário;
  - Salário.
- Tipo de lugar: presente no termo Local de execução de trabalho.
- Tipo de metodologia: presente nos termos:
  - Planejamento;
  - Planejamento estratégico;
  - Planejamento operacional;
  - Planejamento tático.
- Tipos de objetos do planejamento ou tipos de objetos de uma metodologia: presente no termo Metas e resultados.
- Tipo de atributo: presente no termo Qualidade.

### 5.1.1 Formulação de categorias

Ao desenvolver a Classificação Facetada, Ranganathan elaborou cinco categorias que formam o acrônimo PMEST (SPITERI, 1998), sendo elas: Personalidade, que se refere a objetos conceituais; Matéria, que representa tudo o que compõem os objetos conceituais; Energia, que diz respeito a tudo o que ocorre, como processo, para que os objetos conceituais possam existir; Espaço e Tempo.



Complementando a então formada Classificação Facetada o Classification Research Group (CRG) a desenvolveu, Vickery (*apud* AITCHISON; GILCHRIST, 1979, p. 58) compilou várias categorias utilizadas em estudos para o CRG, descrevendo a primeira categoria em paralelo com a categoria Personalidade de Ranganathan. Assim, todas as demais categorias estão dispostas em relação à primeira. A saber:

1. Coisas, substâncias, entidades: que expressam, sequencialmente, ocorrências naturais na natureza, produtos e construções mentais;
2. Suas partes: que expressam partes constituintes do todo e órgãos;
3. Sistema de coisas: que expressa o todo que é subdividido pelas partes;
4. Atributo das coisas: que expressa qualidades ou propriedades das coisas, e processos e comportamentos das coisas;
5. Objeto de ação (paciente): Construções mentais que sofrem ação de outros conceitos hierarquicamente superiores;
6. Relação entre as coisas, interações: Conceitos que denotam causa e efeito e interações entre dois ou mais conceitos;
7. Operações em coisas: Refere-se a experimentos e operações mentais;
8. Propriedades de atributos, relações e operações: Expressam as características dos atributos das coisas;
9. Operações em atributos, relações e operações: Expressam conceitos que denotem as modificações que podem ser feitas nos atributos das coisas;
10. Local, condições: Expressa localização geográfica;
11. Tempo: Expressa temporalidade.

As categorias da Classificação Facetada formuladas pelo Classification Research Group foram recomendadas pelo Modelo Simplificado de Spiteri (1993), por abranger melhor linguagens documentárias com especificidade de assuntos muito grande, dessa forma Lima (2004b, p. 64-65), ao estudar a Teoria de Análise Facetada de Spiteri (1998) e a Classificação Facetada, revisou e listou dez categorias do CRG, que são:

1. Tipos de produto final: que expressam produtos finais;
2. Partes: que expressam partes que constituem um todo;

3. Materiais: que expressam a matéria que constitui um todo;
4. Propriedades: que expressam características das coisas;
5. Processos: que expressam conceitos que denotem os processos das coisas;
6. Operações: que expressam experimentos científicos e operações mentais;
7. Agentes: que expressam conceitos que indiquem pessoas;
8. Espaço: que expressam localização geográfica;
9. Tempo: que expressam temporalidade;
10. Forma de apresentação: que expressam conceitos que indicam formas de apresentação de outros conceitos.

Para a indicação das categorias utilizadas no Tesauro de Contas foram levadas em consideração as onze categorias listadas por Vickery (*apud* AITCHISON; GILCHRIST, 1979, p. 58) mais as categorias Agente e Forma de apresentação, compiladas por Lima (2004b, p. 64-65) alguns anos depois. Observa-se então que dentro do Tesauro de Contas as onze categorias seguintes podem abranger os diversos conteúdos presentes no tesauro:

1. Coisas, substâncias, entidades;
2. Suas partes;
3. Sistema de coisas ou matéria;
4. Atributo das coisas;
5. Ação ou processo;
6. Objeto de ação (paciente);
7. Agente;
8. Relação entre as coisas ou interações;
9. Local;
10. Tempo;

## 11. Forma de apresentação.

### 5.1.2 Levantamento de facetas

Levando em consideração as características detectadas nos trinta termos da amostra analisada do campo Administração, gestão e planejamento do Tesouro de Contas, foram identificadas características representantes das categorias: Coisa, substância, entidades; Suas partes; Atributo das coisas; Ação ou processo; Local; Forma de apresentação. A saber:

#### **Categoria → Coisas, substâncias, entidades.**

Breve significação da categoria: representam, sequencialmente, ocorrências naturais na natureza, produtos e construções mentais (VICKERY *apud* AITCHISON; GILCHRIST, 1979, p. 58).

Característica detectada: Tipo de administração

Breve significação da característica: “ciência social que estuda e sistematiza as práticas usadas para administrar” (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, s.d.).

Faceta: Administração

Termos: Administração pública; Administração direta; Administração indireta.

Característica detectada: Tipo de metodologia

Breve significação da característica: “Estudo (análise e descrição) de qualquer método científico” (LEGRAND, 1970, p. 263 *apud* CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 248).

Faceta: Metodologias

Termos: Planejamento; Planejamento estratégico; Planejamento operacional; Planejamento tático.

### **Categoria → Suas partes**

Breve significação da categoria: representam partes constituintes do todo e órgãos (VICKERY *apud* AITCHISON; GILCHRIST, 1979, p. 58).

Característica detectada: Tipos de objetos do planejamento

Breve significação da característica: Componentes de metodologias, como por exemplo, coleta de dados, metas, resultados, análise, diagnóstico, etc.

Faceta: Componentes de metodologias

Termo: Metas e resultados.

### **Categoria → Sistema de coisas ou matéria**

Nos termos da amostra não foram detectadas facetas dessa categoria.

### **Categoria → Atributo das coisas**

Breve significação da categoria: representam qualidades ou propriedades das coisas, e processos e comportamentos das coisas (VICKERY *apud* AITCHISON; GILCHRIST, 1979, p. 58).

Característica detectada: Tipo de atributo

Breve significação da característica: “qualidade essencial à definição de algum objeto” (BUCHANAN, 1976, p. 19 *apud* CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 37).

Faceta: Atributos

Termo: Qualidade

### **Categoria → Ação ou processo**

Breve significação da categoria: Operações: que expressam experimentos científicos e operações mentais (LIMA, 2004b, p. 64-65).

Característica detectada: Tipo de atividade

Breve significação da característica: “Conjunto de operações que uma instituição leva a efeito para o desempenho de suas atribuições específicas” (CAMARGO; BELLOTO, 1996, p. 10 *apud* CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 37).

Faceta: Atividades executadas

Termo: Gestão de material e patrimônio; Gestão de Bens Públicos (Móveis e Imóveis); Gestão de recursos humanos; Desligamento de servidor; Férias; Movimentação de pessoal; Terceirização; Treinamento e capacitação.

Característica detectada: Pagamento

Breve significação da característica: Pagamento em dinheiro por serviços prestados ou produtos comprados.

Faceta: Pagamentos

Termos: Benefício assistencial; Benefício previdenciário; Salário.

Característica detectada: Alteração documental

Breve significação da característica: Alterações realizadas no conteúdo do documento, incluindo acréscimos, modificações ou abstrações.

Faceta: Reestruturação em documentos

Termo: Ajuste

**Categoria → Objeto da ação**

Nos termos da amostra não foram detectadas facetas dessa categoria.

**Categoria → Agente**

Nos termos da amostra não foram detectadas facetas dessa categoria.

**Categoria → Relação entre as coisas ou interações**

Nos termos da amostra não foram detectadas facetas dessa categoria.

**Categoria → Local**

Breve significação da categoria: Representa localização geográfica (VICKERY *apud* AITCHISON; GILCHRIST, 1979, p. 58).

Característica detectada: Tipo de lugar

Breve significação da característica: Refere-se à localização geográfica, incluindo continentes, países, cidades, praças, edifícios, etc.

Faceta: Local

Termo: Local de execução de trabalho.

**Categoria → Tempo**

Nos termos da amostra não foram detectadas facetas dessa categoria.

**Categoria → Forma de apresentação**

Breve significação da categoria: Forma de apresentação: que expressam conceitos que indicam formas de apresentação de outros conceitos (LIMA, 2004b, p. 64-65).

Característica detectada: Tipo de documento

Breve significação da categoria: “Suporte de informação” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p 132).

Faceta: Documentos

Termos: Acordo; Acordo coletivo de trabalho; Acordo individual de trabalho; Contrato; Convênio; Protocolo de intenção; Termo de cooperação; Plano de ação.

## 6 SUGESTÃO DE APRIMORAMENTO DO TESAURO DE CONTAS

Tendo em vista a possibilidade de dispersão dos termos do Tesouro de Contas entre várias hierarquias, em consequência da sua crescente expansão, e prezando pela qualidade do referido tesouro, que foi desenvolvido para a recuperação da informação de jurisprudência da Corte de Contas, sugere-se que seja feita a análise, através do modelo apresentado neste trabalho, por amostras separadas para cada um dos campos, visando identificar e agrupar as facetas dos campos desse tesouro.

Considerando os recursos que deverão ser alocados para esse trabalho, sugere-se que a análise seja feita, ao menos, nos campos das áreas centrais do Tesouro de Contas, pois estas abrangem termos para indexação de documentos com o conteúdo relativo à área fim do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Após análise e identificação das facetas dos campos analisados, indica-se que sejam acrescentadas na ficha para detalhamento da criação de termos (ver figura 3) a indicação do campo em que o termo será inserido, a indicação da categoria, dentre as categorias nesse trabalho propostas, e a indicação da faceta do termo, que estará dentro da lista de facetas identificadas e listadas, do campo indicado, pelo modelo proposto.

Existem duas telas com fichas para criação de novos termos, a primeira ficha possui os metadados: Responsável pelo estudo, Termo, e Justificativa do usuário. Cabe ressaltar que os metadados Responsável pelo estudo e Termo são de preenchimento obrigatório. A segunda ficha, que inclui dados mais detalhados sobre o termo criado, abrange os metadados: Indicação de data e hora, Termo, Justificativa do usuário, Fontes pesquisadas, Termo Geral (TG), Termo Específico (TE) e Termo Relacionado (TR).



**Figura 2** – Tela da Ficha para criação de novos termos para o Tesouro de Contas



**Ficha para criação de termos no Tesouro de Contas - TCDF**

Grupo de Estudo do Tesouro de Contas

**\*Obrigatório**

**Responsável pelo estudo \***

Andrea

**Termo \***

Indique o termo a ser analisado

**Justificativa do Usuário**

[Continuar »](#)

[Tecnologia Google Docs](#)

**Figura 3** – Tela da Ficha para detalhamento de criação de novos termos para o Tesauro de Contas

Ficha para criação de termos no Tesauro de Contas - TCDF ☆ ■

File Edit View Insert Format Data Tools Form (64) Help Last edit was made on April 02 by Rodrigo Vilas Boas

RS % 123 Arial 10 B I A

fx | Processo nº 30.106/2011 - TCDF; Processo nº 19.477/2010 - TCDF

|    | A                        | B                                       | C   | D                  | E  | F             | G  | H                        |
|----|--------------------------|---|---|--------------------|--|---------------|----|--------------------------|
| 1  | Indicação de data e hora | Termo                                   | Justificativa do Usuário  | Fontes Pesquisadas | Fontes pesquisadas   | TG            | TE | TR                       |
| 2  | 25/10/2012 16:42:07      | Banco Interamericano de Desenvolvimento | Contrato de empréstimo de recursos foi celebrado com esse agente financeiro internacional.<br>O TCDF faz auditorias nos contratos de empréstimos realizados pelo DF, seus órgãos e entidades, com essa organização internacional. |                    | Relatório de Auditoria do Contrato nº 1957/OC-BR – Exercício 2009 - TCDF |               |    | Empréstimo internacional |
| 3  | 26/10/2012 16:22:32      | Interdição judicial                     | Processo nº 20.576/2006 - TCDF  |                    | Processo nº 20.576/2006 - TCDF   |               |    | Incapacidade jurídica    |
| 4  | 26/10/2012 16:23:14      | Alienação mental                        | Processo nº 20.576/2006 - TCDF  |                    | Processo nº 20.576/2006 - TCDF   |               |    | Interdição judicial      |
| 5  | 26/10/2012 16:42:51      | sub judice                              | Processo nº 30.106/2011, sobrestamento enquanto se aguarda o deslinde no processo nº 6.621/2005, que trata da admissão sub judice do interessado.<br>Termo recorrente em processos desse tipo.                                    |                    | Processo nº 30.106/2011 - TCDF; Processo nº 19.477/2010 - TCDF           | Especificador |    |                          |
| 6  | 30/10/2012 15:18:43      | Transposição de cargo                   | Prática muito comum anteriormente, hoje considerada ilegal. Termo muito recorrente nos processos de aposentadoria no TCDF.  |                    | Tesouro do STF, Processos do TCDF  |               |    | Cargo público            |
| 7  | 30/10/2012 16:21:16      | Proventos pela média aritmética         | É um tipo de proventos ainda não contemplado pelo Tesauro.  |                    |  | Proventos     |    |                          |
| 8  | 07/11/2012 15:33:43      | Pavimentação                            | Tipo de obra pública.   |                    |  | Obra pública  |    |                          |
| 9  |                          |   |   |                    |  |               |    |                          |
| 10 | 07/11/2012 18:02:38      | Contrato de gestão                      | Convênio firmado entre a Administração direta e órgãos, entidades das Administração indireta ou entidades paraestatais.   |                    | Tesouro do STF, Doutrina de Direito Administrativo                       |               |    | Administração Pública    |
|    | 13/11/2012               |   | Foi aprovada em Plenário a  |                    |  |               |    |                          |

+ | Página1

Cabe ressaltar que as fichas de criação de termos são preenchidas após o estudo do termo, que é outro procedimento realizado pela Comissão Permanente de atualização e manutenção do Tesauro de Contas.

Esse procedimento pode ser realizado após os usuários sugerirem novos termos, a tela de estudo de termos sugeridos inclui os seguintes metadados: *E-mail* do usuário; Termo pretendido ou sugerido; Justificativa do usuário; data de Solicitação, Sugestão de resposta ao usuário, que é feita após análise realizada pelo servidor que estudou o termo sugerido; Resposta do servidor ao usuário que sugeriu o termo.

**Figura 4 – Tela de estudo de termos sugeridos para o Tesauro de Contas**

sugestões tesauro ☆

File Edit View Insert Format Data Tools Help Last edit was on June 10

Raylander de Paula

Comments Share

|   | A                    | B  | C   | D           | E  | F  |
|---|----------------------|--|---|-------------|--|--|
|   | Usuário              | Termo Pretendido                                     | Justificativa   | Solicitação | Sugestão   | Resposta   |
| 2 | carmita@tc.df.gov.br | <b>Análise de cumprimento de diligência</b>          | Procedimento normal de instrução após o cumprimento de diligência pelo órgão.             | 28.09.2012  | Prezada Senhora, solicitamos encaminhar copia do documento para análise, pois com as informações disponíveis o termo sugerido esta ligado à fase do processo.  |  |
| 3 | luciana@tc.df.gov.br | <b>Onalt</b>   | Outorga Onerosa de Alteração de Uso   | 08.10.2012  | Prezada Senhora o termo sugerido ja existe, sugerimos a pesquisa direta no Vocabulário de Contas no endereço <a href="http://www.tc.df.gov.br/apptcdf/vocab/Index.php">http://www.tc.df.gov.br/apptcdf/vocab/Index.php</a> | Criado pela Andrea. Já respondido!   |
| 4 | chico@tc.df.gov.br   | <b>Parcelamento de multa</b>                         | Conforme determinação da Decisão nº 4196/2011 e os Acórdãos nºs 176, 177 e 178/2011.      | 08.10.2012  | Prezado Senhor o termo sugerido ja existe, sugerimos a pesquisa direta no Vocabulário de Contas no endereço <a href="http://www.tc.df.gov.br/apptcdf/vocab/Index.php">http://www.tc.df.gov.br/apptcdf/vocab/Index.php</a>  | Criado pelo Rodrigo Email já respondido                                    |
| 5 | everton@tc.df.gov.br | <b>fabrica de software</b>                           | inclusão de palavra referente à fiscalização de TIC                                       | 09.10.2012  | APROVAR TERMO  | Já existe Software Livre, Software de Prateleira. Falta o desenvolvedor... |
| 6 | dantas@tc.df.gov.br  | <b>Brigadistas</b>                                   | Contratação de mão de obra (bombeiros particulares)                                       | 10.10.2012  | brigada de incendio??  | Concordo em criar Brigada de incência e seu TE brigadista                  |
| 7 | higino@tc.df.gov.br  | <b>BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO - BID</b> | Contrato de Empréstimo de Recursos foi celebrado com esse agente financeiro internacional | 10.10.2012  | APROVAR TERMO  | Já existe acesso a   |

+ Plan1 Plan2 Plan3

## 7 CONCLUSÃO

A proposta de aprimoramento da estrutura do Tesauro de Contas pode tornar o processo de indexação mais fácil ao indexador, que atualmente é o servidor da Corte de Contas que atende aos requisitos para a inclusão de documentos que geram a jurisprudência do TCDF. Afinal, o indexador poderá não apenas pesquisar os termos, mas os tipos (facetas) de termos que ele deseja, por exemplo, ao indexar uma informação que trata sobre um determinado documento ele poderá pesquisar e visualizar os diversos termos que representam diferentes tipos de documentos e assim escolher o termo que represente o tipo de documento abordado no conteúdo da informação mais adequado.

Nesse sentido, a recuperação dos documentos indexados também será aprimorada, pois, no momento em que o usuário pesquisar um documento de jurisprudência que aborde uma determinada metodologia, mas que não se recorde do nome da metodologia, ele poderá visualizar os tipos de metodologias que os termos representam, e assim escolher a mais adequada para o documento pesquisado.

Outro fator importante é que, no momento da criação e inclusão de novos termos no tesauro, ao determinar o campo em que o termo será inserido, a categoria que ele representa e sua característica (faceta) predominante, a possibilidade de incluí-lo em hierarquias que não são pertinentes às necessidades da Corte de Contas e ao conteúdo representado pelo termo diminui, refinando o trabalho de criação de termos e diminuindo os retrabalhos de realocação de termos entre diversas hierarquias.

Considerando os benefícios da classificação facetada aplicada a tesauros, e da inclusão de facetas dentro da estrutura do Tesauro de Contas, esse trabalho propôs um modelo, baseado na Teoria do Conceito de Ingetraut Dahlberg (1978) e na metodologia para construção de tesauros facetados de Luis Alejandro Maya-Montalvo (1986), para identificação das facetas existentes nos termos do tesauro. Assim, esse modelo apresentado pode ser utilizado para a identificação de facetas de termos de tesauros que já foram elaborados e estruturados por campos para que sejam aprimorados, posteriormente, com a inclusão de facetas em suas estruturas de criação de termos e pesquisa para recuperação de termos e documentos.

## REFERÊNCIAS

AITCHISON, J. GILCHRIST, A. **Manual para construção de tesauros**. Rio de Janeiro: BNG/Brasilart, 1979. 142 p.

AQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário acadêmico de direito**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2008.

BRANDES-SOUZA, Andréa Fortaleza. **Uma proposta de construção de tesouro tendo por base estudo de usuários da instituição**. 2011. 69 p. Monografia (Especialização em Gestão do Conhecimento, da Informação e Documentação) – Instituto Blaise Pascal, Brasília, 2011.

BRASIL. Lei Complementar nº 1, de 09 de maio de 1994. Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal - Alterada. **SINJ-DF**: Sistema de Normas Jurídicas do DF, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id\\_norma\\_consolidado=51831](http://www.sinj.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=51831)>. Acesso em 14 fev. 2013.

BRASIL. **Lei Orgânica do Distrito Federal**. Texto da Lei Orgânica de 8 de junho de 1993, com as alterações adotadas pelas Emendas à Lei Orgânica de nº 1, de 1994, a 42, de 2005, e pelas Ações Diretas de Inconstitucionalidade impetradas até 20 de outubro de 2005. 3. ed. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <[http://sistemasweb.desenvolvimento.gov.br/investimento\\_web/arquivos/legislacao\\_leiorganica.pdf](http://sistemasweb.desenvolvimento.gov.br/investimento_web/arquivos/legislacao_leiorganica.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas do Distrito Federal. **Plano Estratégico 2011 – 2015**. Brasília, DF, maio 2011. Disponível em: <[http://www.tc.df.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=d7718d5c-d795-4fb8-8451-e69d8e95103c&groupId=429614](http://www.tc.df.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=d7718d5c-d795-4fb8-8451-e69d8e95103c&groupId=429614)>. Acesso em 14 fev. 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas do Distrito Federal. Portaria nº 07, de 2006. Regulamento da Biblioteca Cyro dos Anjos. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 09 fev. 2006. Seção 1, p. 32.

BRASIL. Tribunal de Contas do Distrito Federal. Resolução nº 10, de 1986. Aprova o Regulamento dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 30 set. 1986, p. 05.

BRASIL. Tribunal de Contas do Distrito Federal. Resolução nº 234, de 2012. Dispõe sobre o uso de meio eletrônico para tramitação de processos, comunicação de atos e transmissão de peças processuais, no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 02 maio 2012. Seção 1, p. 13. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 10 maio 2012. Seção 1, p. 12.

BRASIL. Tribunal de Contas do Distrito Federal. Resolução nº 38, de 1990. Dispõe sobre o regimento interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, 06 nov. 1990. Disponível em: <[http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id\\_norma\\_consolidado=63528](http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=63528)>. Acesso em: 03 abr. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Organizada e atualizada por Cerdônio Quadros, Fernanda Freire dos Santos. São Paulo: NDJ, 2009.

CAFÉ, Lígia Maria Arruda; BRATFISCH, Aline. Classificação analítico-sintética: reflexões teóricas e aplicações. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 237-250, set./dez. 2007.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2008.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do Conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/1680/1286>>. Acesso em: 27 maio 2013.

DUARTE, Elizabeth Andrade; CERQUEIRA, Roberto Figueiredo Paletta de. Análise Facetada: um olhar faceta modelagem conceitual. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 39-52, jan./jun. 2007.

ESPAÇO DO JURISDICIONADO. In: HOME PAGE do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Disponível em: <<http://www.tc.df.gov.br/web/tcdf1/perguntas-e-respostas1>>. Acesso em: 27 maio 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

GOMES, Hagar Espanha. **Manual de elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília, Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, 1990. 78 p.

GURGEL, Floriano do Amaral; FRANCISCHINI, Paulino G. **Administração de materiais e do patrimônio**. São Paulo: Editora Thomson Pioneira. 2001. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=O8hFhrJ67A0C&oi=fnd&pg=PR9&dq=gest%C3%A3o+de+material+e+patrim%C3%B4nio&ots=FHeTvseHOp&sig=xA4EU-BmkYju2gs8n11kBrwp4j0#v=onepage&q=gest%C3%A3o%20de%20material%20e%20patrim%C3%B4nio&f=false>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

INSTITUTO RUY BARBOSA. **Termos técnicos**: glossário. Florianópolis: IRB / TCE/SC, 2005.

LIMA, Gercina Ângela Borem. O Modelo Simplificado para Análise Facetada de Spiteri a partir de Ranganathan e do Classification Research Group (CRG). **Información cultura y sociedad**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n. 11, 2004b. Disponível em: <[http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-17402004000200003&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17402004000200003&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 02 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Mapa Hipertextual (MHTX)**: um modelo para organização hipertextual de documentos. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004a. Disponível em: <<http://www.gercinalima.com/mhtx/pages/prototipo-btdeci/teses/lima-gabo/>>. Acesso em: 03 jan. 2013.

MAYA-MONTALVO, Luis Alejandro. **Proposta de procedimentos metodológicos para a elaboração de tesauros-facetados**. 1986. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

MENDES, Raquel Dias. Inteligência artificial: sistemas especialistas em gerenciamento da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 26, n. 1, jan. 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19651997000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19651997000100006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 12 abr. 2013.

NUNES, Pedro. **Dicionário de tecnologia jurídica**. 13. ed., rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

OLIVEIRA, Flávia de Paiva Medeiros de; NOGUEIRA, Carla Felinto. A importância dos consórcios públicos intermunicipais área a defesa do meio ambiente. **Revista Direito e Liberdade**, Rio Grande do Norte, v. 6, n. 2 (3), p. 76-86, s.d. Disponível em: <[http://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista\\_direito\\_e\\_liberdade/article/view/101/95](http://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/view/101/95)>. Acesso em: 16 abr. 2013.

PAIVA, Simone Bastos; ARAGÃO, Paulo Ortiz; PEREIRA, Sandra Leandro. Gestão do Conhecimento em uma organização baseada em conhecimento: uma abordagem qualitativa. **Produto & Produção**, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 2, p. 37-56, jun. 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ProdutoProducao/article/viewArticle/3212>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

RANGANATHAN, Shiyali R. **Prolegomena to Library Classification**. 3. ed. Bombay: Asia publ. house, 1967. 640 p.

RAZZOLINI FILHO, Edelvino; ZARPELON, Márcio Ivanor. **Dicionário de administração de A a Z**. Curitiba: Juruá, 2004. 198 p.

SANTOS, Gildenir Carolino; RIBEIRO, Célia Maria. **Acrônimos, siglas e termos técnicos**: arquivística, biblioteconomia, documentação, informática. Campinas: Editora Átomo, 2012.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica**: TCC – monografia – dissertação – tese. 5. ed. rev., atual e ampl. Niterói, RJ: Impetus, 2005. 360p.

SMIT, Johanna Wilhelmina; KOBASHI, Nair Yumiko. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2003. (Projeto como fazer, 10).

SPITERI, Louise. 1998. A Simplified model for facet analysis: Ranganathan 101. **Canadian Journal of Information and Library Science**, Canadá, v. 23, p. 1-30. Disponível em: <[http://iainstitute.org/en/learn/research/a\\_simplified\\_model\\_for\\_facet\\_analysis.php](http://iainstitute.org/en/learn/research/a_simplified_model_for_facet_analysis.php)>. Acesso em: 04 jan. 2013.

UNESCO. **Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngües**. Preparado por Derek Austin e Peter Dale. Traduzido por Bianca Amaro de Melo. Brasília: IBCT/Senai, 1993.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **O que é administração?**. Acesso em 04 de jul. 2013. Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/conteudo.php?i=193>>.



## BIBLIOGRAFIA CONSULTADA PARA RETIRAR OS SIGNIFICADOS DOS TERMOS

AQUAVIVA, Marcus Cláudio. **Dicionário acadêmico de direito**. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Método, 2008.

BRASIL. Artigo 443. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/art443daclt.htm>>. Acesso em: 04 maio 2013.

BRASIL. Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011. Dispõe sobre o regime jurídicos dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais. **Diário Oficial do Distrito Federal**, Brasília, DF, nº 246, 26 dez. 2011, p. 1-18.

CHIAVENATO, Idalberto; ARÃO, Sapiro. **Planejamento estratégico**: fundamentos e aplicações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

GERALDO, Duarte. **Dicionário de administração**. Fortaleza: Conselho Regional de Administração do Ceará; Realce Editora e Indústria, 2005. 562 p.

\_\_\_\_\_. **Dicionário de administração**. Fortaleza: Imprensa universitária/UFC; IMPARH, 2002. 408 p.

GOMES, Susana Margarida Braz Reis. **Gestão de recursos humanos**: evolução do problema em termos dos conceitos e das práticas. Coimbra: Instituto Politécnico de Coimbra, dez. 2008.

GURGEL, Floriano do Amaral; FRANCISCHINI, Paulino G. **Administração de materiais e do patrimônio**. São Paulo: Editora Thomson Pioneira. 2001. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=O8hFhrJ67A0C&oi=fnd&pg=PR9&dq=gest%C3%A3o+de+material+e+patrim%C3%B4nio&ots=FHeTvseHOp&sig=xA4EU-BmkYju2gs8n11kBrwp4j0#v=onepage&q=gest%C3%A3o%20de%20material%20e%20patrim%C3%B4nio&f=false>>. Acesso em: 16 abr. 2013.

INSTITUTO RUY BARBOSA. **Termos técnicos**: glossário. Florianópolis: IRB / TCE/SC, 2005.

LACOMBE, Francisco. **Dicionário de administração**. São Paulo: Saraiva, 2004. 358 p.

MOREIRA, Gersa Andrea. Contrato administrativo. **Direito Positivo, Artigos Jurídicos**, São Paulo. Disponível em: <<http://www.advogado.adv.br/estudantesdireito/direitodecuritiba/gerusaandreamoreira/contrato.htm>>. Acesso em: 04 maio 2013.

NUNES, Pedro. **Dicionário de tecnologia jurídica**. 13. ed., rev., ampl.e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

OLIVEIRA, Flávia de Paiva Medeiros de; NOGUEIRA, Carla Felinto. A importância dos consórcios públicos intermunicipais área a defesa do meio ambiente. **Revista Direito e Liberdade**, Rio Grande do Norte, v. 6, n. 2 (3), p. 76-86, s.d. Disponível em: <[http://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista\\_direito\\_e\\_liberdade/article/view/101/95](http://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/view/101/95)>. Acesso em: 16 abr. 2013.

PAIVA, Simone Bastos; ARAGÃO, Paulo Ortiz; PEREIRA, Sandra Leandro. Gestão do Conhecimento em uma organização baseada em conhecimento: uma abordagem qualitativa. **Produto & Produção**, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 2, p. 37-56, jun. 2005. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ProdutoProducao/article/viewArticle/3212>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

RAMOS, João Florêncio Vieira. **Contrato individual de trabalho**. Disponível em: <<http://www.guiatrabalhista.com.br/noticias/ctps.htm>>. Acesso em: 04 maio 2013.

RAZZOLINI FILHO, Edelvino; ZARPELON, Márcio Ivanor. **Dicionário de administração de A a Z**. Curitiba: Juruá, 2004. 198 p.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Diferença entre convênio e contrato. In: \_\_\_\_\_. **Licitações & Contratos**. 3. ed., p. 263-264. Disponível em: <[http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/licitacoes\\_contratos/263-%20264%20Diferen%C3%A7a%20entre%20Conv%C3%AAnio%20e%20Contrato.pdf](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/licitacoes_contratos/263-%20264%20Diferen%C3%A7a%20entre%20Conv%C3%AAnio%20e%20Contrato.pdf)> Acesso em 03 maio 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de assuntos estudantis. **Manual de contratos**. Rio Grande do Sul, s.d.